

IV OBSERVARE INTERNATIONAL CONFERENCE
2021
PORTUGAL
MULTILATERALISM
CONDITION OF GLOBAL GOVERNANCE

RESUMOS ABSTRACTS

23-26 NOVEMBER
NOVEMBRO



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA





PAINEL **PANEL** 1 (em inglês in English)

ORDEM MUNDIAL: DESCONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÃO

WORLD ORDER: DECONSTRUCTIONS AND RECONSTRUCTION

Preside Chairwoman **Isabel Ferreira Nunes** – *Instituto da Defesa Nacional e and OBSERVARE-UAL*

Comunicações Communications

Analisar os destroços: a velha ordem pode ser substituída por algo justo e sustentável?

Sifting through the wreckage: Can the old order be replaced with something equitable and sustainable?

Mark Beeson – *University of Western Australia*

Admirável nova ordem mundial. O legado extraordinário da ideia da Liga das Nações hoje

Brave new world order. The extraordinary legacy of the League of Nations idea today

Mónica Dias – *IEP-Universidade Católica Portuguesa*

Aliar-se para resistir: Organizações intergovernamentais regionais como tema da agenda revisionista

Allying to resist: Regional intergovernmental organisations as a subject within the revisionist agenda

Pablo A. Sánchez Rodríguez – *Universidad Complutense de Madrid*



ANALISAR OS DESTROÇOS: A VELHA ORDEM PODE SER SUBSTITUÍDA POR ALGO JUSTO E SUSTENTÁVEL? SIFTING THROUGH THE WRECKAGE: CAN THE OLD ORDER BE REPLACED WITH SOMETHING EQUITABLE AND SUSTAINABLE?

Mark Beeson – *University of Western Australia*

Palavras-chave: ordem mundial; hegemonia; multilateralismo; cooperação

Keywords: world order; hegemony; multilateralism; cooperation

O que quer que se possa pensar sobre a ordem mundial construída sob os auspícios da “hegemonia americana”, alguns diriam que está longe da força dominante ou mesmo eficaz que outrora foi. A fábula “ordem internacional baseada em regras” está em crise e está longe de ser claro o que a irá substituir. No entanto, a necessidade de encontrar um novo modo de existência internacional dificilmente poderia ser mais urgente: as alterações climáticas são apenas um de uma série de problemas interligados, cada vez mais internacionais, que exigem uma atenção urgente se quisermos sobreviver, quanto mais viver “a boa vida”. Depois de considerar brevemente os pontos fortes e fracos da antiga ordem, o documento considera algumas das potenciais formas que uma nova versão pode assumir, desde o cosmopolita, deliberativo e inclusivo, até à – possivelmente mais “realista” – uma luta atomizada e anárquica pela sobrevivência num mundo cada vez mais animado. As “soluções” podem ser imaginadas, mas é testemunho à natureza do desafio que simplesmente enumerá-las é convidar a incredulidade, na melhor das hipóteses, a ridicularizar.

Whatever one may think about the world order that was constructed under the auspices of ‘American hegemony’, few would argue that it is far from the dominant or even the effective force it once was. The fabled ‘rules based international order’ is in trouble and it is far from clear what will replace it. The need to find some new international mode of existence could hardly be more pressing, however: climate change is just one of a number of interlocking, increasingly international problems that demand urgent attention if we hope to survive, let alone live ‘the good life’. After briefly considering the strengths and weaknesses of the old order, the paper considers some of the potential forms a new version might take, from the cosmopolitan, deliberative and inclusive, to the – possibly more ‘realistic’ – atomised and anarchic struggle for survival in a rapidly hearting world. ‘Solutions’ can be imagined, but it is testimony to the nature of the challenge that simply to enumerate them is to invite incredulity at best, ridicule at worst.

Autor – Professor de Política Internacional na Universidade da Austrália Ocidental. Antes de se juntar à UWA, ensinou em Murdoch, Griffith, Queensland, York (UK) e Birmingham, onde foi também chefe de departamento. Publicou mais de 200 artigos de revistas e capítulos de livros, assim como 20 livros de autor ou editados. É o editor fundador da revista “Critical Studies of the Asia Pacific”. O seu último livro é *Environmental Anarchy? International Security in the 21st Century*, Bristol University Press, 2021.

Author – Professor of International Politics at the University of Western Australia. Before joining UWA, he taught at Murdoch, Griffith, Queensland, York (UK) and Birmingham, where he was also head of department. He has published more than 200 journal articles and book chapters, as well as 20 authored or edited books. He is the founding editor of *Critical Studies of the Asia Pacific*. His latest book is *Environmental Anarchy? International Security in the 21st Century*, Bristol University Press, 2021.



ADMIRÁVEL NOVA ORDEM MUNDIAL. O LEGADO EXTRAORDINÁRIO DA IDEIA DA LIGA DAS NAÇÕES HOJE BRAVE NEW WORLD ORDER. THE EXTRAORDINARY LEGACY OF THE LEAGUE OF NATIONS IDEA TODAY

Mónica Dias – *Instituto de Estudos Políticos – UCP*

Palavras-chave: Debate da Ordem Mundial; A ideia da Liga das Nações; Woodrow Wilson; Immanuel Kant; Instituições

Keywords: World Order Debate; The League of Nations idea; Woodrow Wilson; Immanuel Kant; Institutions

Origem e Significado da ideia da Liga das Nações. A percepção do Woodrow Wilson de um mundo global. O projecto de Kant para a paz como nova ordem mundial. A ordem como “pacto”. A ordem como processo e transformação permanente. A proposta de abate para uma nova ordem mundial baseada em instituições. Novos desafios e novas oportunidades para o multilateralismo.

Origin and Meaning of the league of nations idea. Woodrow Wilson’s perception of a global world. Kant’s project for peace as new world order. Order as “covenant”. Order as process and permanent transformation. Slaughter’s proposal for a new world order based on institutions. New challenges and new opportunities for multilateralism.

Autor – Professora Associada e Coordenadora do Programa de Doutoramento no Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa. É Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IEP e desenvolve investigação nas áreas dos Estudos de Conflitos e da Paz, da Democracia, da Política Internacional Contemporânea e dos Direitos Humanos. Concluiu o seu Mestrado na área dos Estudos da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigadora integrada do CIEP onde dirige a Linha de Investigação sobre Estudos da Paz e Sociedade Civil. Lecionou na Universidade de Colónia (RFA) e foi bolsista da United States Information Agency (hoje Fulbright) e da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo participado em vários Programas de Formação nos Estados Unidos. Foi assessora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura na Assembleia da República e formadora em seminários internacionais organizados pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu nas áreas da Educação Multicultural, Liderança e Gestão de Conflitos.

Author – Associate Professor and Coordinator of the PhD Programme at the Instituto de Estudos Políticos (IEP) of the Universidade Católica Portuguesa. She holds a PhD in Political Science and International Relations from IEP and develops research in the areas of Conflict and Peace Studies, Democracy, Contemporary International Politics and Human Rights. She holds her Masters Degree in Cultural Studies at the Faculdade de Letras of the Universidade de Lisboa. She is a researcher at CIEP where she directs the research line on Peace Studies and Civil Society. She has taught at the University of Cologne (Germany) and was a grantee of the United States Information Agency (now Fulbright) and of the Calouste Gulbenkian Foundation, having participated in several training programmes in the United States. She was an adviser to the Education, Science and Culture Commission of the Portuguese Parliament and a trainer in international seminars organised by the European Commission and the European Parliament in the areas of Multicultural Education, Leadership and Conflict Management.



ALIAR-SE PARA RESISTIR: ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS REGIONAIS COMO TEMA DA AGENDA REVISIONISTA ALLYING TO RESIST: REGIONAL INTERGOVERNMENTAL ORGANISATIONS AS A SUBJECT WITHIN THE REVISIONIST AGENDA

Pablo A. Sánchez Rodríguez – *Universidad Complutense de Madrid*

Palavras-chave: Segurança; Relações Internacionais; organizações regionais; revisionismo; resistência

Keywords: Security; International Relations; regional organisations; revisionism; resistance

Desde que Schwedler “trouxe de volta” o estado revisionista nos anos 1990, a Teoria das Relações Internacionais tem dedicado esforços consideráveis à identificação destes “challengers” no âmbito do sistema internacional. Nesta tarefa, as organizações intergovernamentais apenas foram concebidas como um meio para medir o suposto isolamento dos Estados insatisfeitos dispostos a alterar o *status quo*. Alegadamente, um Estado revolucionário, cujo egoísmo e ambição são ilimitados, evitaria aderir a uma organização intergovernamental que faz parte da ordem a ser subvertida. Mais recentemente, esta afirmação foi reconduzida para ser aplicada apenas a nível regional, devido à vocação global de organizações como a ONU. Contudo, esta comunicação sugere que a insatisfação do Estado poderia ser um motivo poderoso para a criação de uma aliança quando os Estados partilham um medo, um inimigo ou um desconforto comum, especialmente na esfera regional. Neste contexto, a resistência ao *status quo* regional é entendida como uma motivação não só para aderir e criar uma organização, mas também para ceder mais soberania sendo já membro. Historicamente, argumenta-se que este tem sido o caso da UE, da ASEAN e da NATO, e poderia mesmo ser o caminho a seguir por alianças como a AUKUS, o Quad, e o Eixo da Resistência. Esta investigação leva a duas explicações fundamentais para o papel que estas organizações intergovernamentais “resistentes” desempenham: reduzir a vulnerabilidade dos seus membros através da união e promover um novo cenário em que o elemento incómodo está sob controlo da organização. Considerar a mera união através de uma insatisfação comum não significa um acordo total com os outros Estados, este tipo de aliança tende a ser económica ou defensiva, sectores em que um programa comum é mais fácil de definir do que na esfera política. Esta pequena nuance e o destaque dos académicos realistas sobre o factor político, explicam porque é que o revisionismo tem sido geralmente atribuído apenas aos Estados, esquecendo o papel que as organizações intergovernamentais podem desempenhar no âmbito da agenda revisionista. O reconhecimento de outras estruturas na sociedade internacional, para além da política, fornece o terreno para a conclusão de que uma organização intergovernamental pode também ser revisionista. É assim criado um paradoxo interessante, uma vez que a organização pode causar mudanças no *status quo* regional, objectivo principal dos seus Estados membros ao aderirem, embora estes Estados possam não preencher forçosamente todos os critérios para serem revisionistas.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: ALIAR-SE PARA RESISTIR: ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS REGIONAIS COMO TEMA DA AGENDA REVISIONISTA

CONTINUATION: ALLYING TO RESIST: REGIONAL INTERGOVERNMENTAL ORGANISATIONS AS A SUBJECT WITHIN THE REVISIONIST AGENDA

Pablo A. Sánchez Rodríguez – *Universidad Complutense de Madrid*

Since Schwedler “brought back” the revisionist state in the 1990s, International Relations Theory has devoted considerable effort to identifying these challengers within the international system. In this task, intergovernmental organisations have only been conceived as a means to measure the supposed isolation of unsatisfied states willing to change the status quo. Allegedly, a revolutionary state, whose selfishness and ambition are limitless, would avoid joining an intergovernmental organisation that is part of the order to be subverted. More recently, this assertion has been re-conducted to apply only at the regional level, due to the global vocation of organisations like the UN. However, this communication suggests that state dissatisfaction could be a powerful adhesive to ally when states share a common fear, enemy, or discomfort, especially in the regional sphere. In this context, resistance to the regional status quo is perceived as a motivation not only to join and create an organisation but also to yield further sovereignty when already in. Historically, it is argued that this has been the case of the EU, ASEAN, and NATO, and could even be the path to be followed by alliances like AUKUS, the Quad, and the Axis of Resistance. This research leads to two fundamental explanations for the role these “resistant” intergovernmental organisations play: reducing the vulnerability of its parts through the union and promoting a new scenario where the uncomfortable element is under control by the organisation. Considering mere union through a common dissatisfaction does not mean full agreement with the other states, this kind of alliance tends to be economic or defensive, where a common program is easier to define than in the political sphere. This little nuance and the realist scholars’ prominence on the political factor explain why revisionism has commonly been attributed only to states, forgetting the role intergovernmental organisations may play within the revisionist agenda. Recognising other structures in international society, apart from the political, provides the ground for concluding an intergovernmental organisation may also be revisionist. This creates an interesting paradox, since the organisation may cause changes in the regional status quo, which is the main goal of its member states when joining, although these states independently may not meet the full criteria to be revisionist.

Autor – Doutoramento em Ciência Política, Administração e Relações Internacionais na Universidad Complutense de Madrid (2019-2023)
Mestrado em Estudos Internacionais na Università degli Studi Roma Tre (2017-2019), com a nota máxima no sistema universitário italiano
Licenciatura em Direito e em Ciência Política e de Administração na Universidad de Granada (2012-2017)
Investigador no Departamento de Relações Internacionais e História Global da Universidad Complutense de Madrid com uma bolsa da FPU (Ministério Espanhol das Universidades) de 2021 a 2025
Estagiário no Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Cervantes em Madrid (2020-2021)
Secretário-Geral em *Rome Model of United Nations* no âmbito do Festival Internacional das Carreiras em Roma (2018-2019)
Embaixador da UE na Universidad de Granada, nomeado pela Comissão Europeia (2015-2016).

Author – PhD in Political Science, Administration, and International Relations at Universidad Complutense de Madrid (2019-2023)
MA in International Studies at Università degli Studi Roma Tre (2017-2019), with the maximum grade in the Italian university system
Double Bachelor’s in Law, and Political Science and Administration at Universidad de Granada (2012-2017)
Researcher at the Department of International Relations and Global History at Universidad Complutense de Madrid with a FPU grant (Spanish Ministry of Universities) from 2021 to 2025
Intern at the International Relations Office of Instituto Cervantes in Madrid (2020-2021)
Secretary-General at *Rome Model of United Nations* within the International Careers Festival in Rome (2018-2019)
EU Careers Ambassador at Universidad de Granada, selected by the European Commission (2015-2016)



PAINEL **PANEL 2** (em português in Portuguese)

GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL MULTI-LEVEL GOVERNANCE

Preside Chairman **Fernando Jorge Cardoso** – *OBSERVARE-UAL e and IMVF*

Comunicações Communications

Diplomacia regulatória

Regulatory diplomacy

Filipe Batista e and Sandro Mendonça – *ANACOM*

Innovation and consolidation of the Ibero-American space:

Inovação e consolidação do espaço ibero-americano: as Multilatins em Portugal

Multilatins in Portugal

Nancy Elena Ferreira Gomes e and Mattia Giovanni Barbera – *OBSERVARE-UAL e and OBSERVARE*

A acção do multilateralismo na sustentabilidade socioambiental: o caso de São Tomé e Príncipe e os ODS

The action of multilateralism in socio-environmental sustainability: the case of São Tomé and Príncipe

and the SDGs

Brígida Brito e and Duarcides Mariosa – *OBSERVARE-UAL e and PUC Campinas*

Integração ou cooperação regional latino-americana: dois modelos alternativos

Latin American regional integration or cooperation: two alternative models

Filipe Vasconcelos Romão – *OBSERVARE-UAL*

A Candidatura de Portugal a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2027-

2028) e a Reforma da ONU

Portugal's Candidacy for Non-Permanent Member of the United Nations Security Council (2027-2028)

and the UN Reform

Maria Francisca Saraiva – *CAPP, ISCSP-Universidade de Lisboa*



DIPLOMACIA REGULATÓRIA REGULATORY DIPLOMACY

* **Filipe Batista** – ANACOM

** **Sandro Mendonça** – ANACOM

Palavras-chave: regulação; diplomacia; tecnologia; mercados

Keywords: regulation; diplomacy; technology; markets

A importância do fenómeno regulatório no mundo moderno cresceu tendencialmente com a globalização económica e com a mudança tecnológica. A regulação, enquanto processo de enquadramento dos mercados e de intervenção nos sectores, funciona não só como instrumento de promoção de concorrência, mas também de co-construção de um ecossistema favorável à democratização do acesso ao mercado e ao uso seguro das tecnologias em geral. Nos últimos anos, esta importância não só se demonstrou mais evidente como se reforçou em virtude dos vários surtos de turbulência nos mercados (crises financeiras e energéticas, disrupção de cadeias de valor, etc.), tensões na esfera política (realinhamentos de parcerias internacionais, movimentos sociais de contestação à ordem instalada), dificuldades nas transições sociotécnicas (face a desafios como a urgência climática, face às consequências da concentração de poder negocial nas grandes plataformas digitais, etc.) e, por último, os efeitos e pressões causados pela pandemia COVID-19. É neste contexto que o presente trabalho procura conceptualizar “diplomacia regulatória” num contexto internacionalizado e com interdependências regionais. A regulação é uma actividade institucionalizada e independente em vários países e existe num regime de interligação e interoperabilidade transnacional. Os desafios e problemas regulatórios são comuns, mas, ao invés, as soluções não o são, razão pela qual o termo diplomacia se torna apropriado. Numa era de recomposição de modos de vida e de reconfiguração dos modos de produção é útil e premente compreender melhor a dimensão diplomática/para-diplomática da regulação económica, em especial em indústrias de rede (comunicações, energia, etc.).

CONTINUA **CONTINUE**

The importance of the regulatory phenomenon, in the modern world, has tended to grow with economic globalisation and technological change. Regulation, as a process of framing markets and intervening in sectors, functions not only as an instrument for promoting competition, but also for co-constructing an ecosystem favourable to the democratisation of market access and the safe use of technologies in general. In recent years, this importance has not only become more evident but has also been reinforced due to the various outbreaks of market turbulence (financial and energy crises, disruption of value chains, etc.), tensions in the political sphere (realignments of international partnerships, social movements challenging the established order), difficulties in socio-technical transitions (facing challenges such as climate urgency, facing the consequences of the concentration of negotiating power in large digital platforms, etc.) and, finally, the effects and pressures caused by the COVID-19 pandemic. It is in this context that the present work seeks to conceptualise “regulatory diplomacy” in an internationalised context with regional interdependencies. Regulation is an institutionalised and independent activity in several countries and exists in a regime of transnational interconnection and interoperability. The regulatory challenges and problems are common but, conversely, the solutions are not, which is why the term diplomacy becomes appropriate. In an era of recomposition of ways of life and reconfiguration of modes of production, it is useful and urgent to better understand the diplomatic/para-diplomatic dimension of economic regulation, especially in network industries (communications, energy, etc.).

* Autor – Director do Gabinete de Relações Externas da ANACOM. Anteriormente desempenhou funções no Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação e na Direção Geral da Política de Justiça, ambas Direções Gerais do Ministério da Justiça. Foi Secretário-Geral da ARCTEL e Coordenador do Secretariado Permanente da Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP. Entre 2019 a 2021, esteve destacado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia(REPER), em Bruxelas, como Conselheiro nas áreas de Comunicações e Digital.

** Autor – Administrador da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). Prof. Auxiliar, ISCTE Business School. Prof. Aux. Convidado, ISEG/ULisboa. Associate Fellow, SPRU/University of Sussex. German Marshall Fund Fellow (desde 2012) e “European Young Leader” (Friends of Europe Foundation / 2015). Foi Gestor Científico no CYTED – Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. É membro do Conselho Consultivo do “Observatório de Cibersegurança” do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

* Author – Director of ANACOM’s External Relations Office. Previously held positions in the Office for International European Relations and Cooperation and in the Directorate General of Justice Policy, both Directorates General of the Ministry of Justice. He was Secretary-General of ARCTEL and Coordinator of the Permanent Secretariat of the CPLP Meeting of Communications Ministers. Between 2019 and 2021, he was seconded to the Permanent Representation of Portugal to the European Union(REPER), in Brussels, as Advisor in the areas of Communications and Digital.

** Author – Administrator of the National Communications Authority (ANACOM). Auxiliary Prof., ISCTE Business School. Visiting Prof., ISEG/ULisboa. Associate Fellow, SPRU/University of Sussex. German Marshall Fund Fellow (since 2012) and “European Young Leader” (Friends of Europe Foundation / 2015). He was Scientific Manager in CYTED – Ibero-American Program of Science and Technology for Development. He is a member of the Advisory Board of the “Cybersecurity Observatory” of the National Centre for Cybersecurity (CNCS).



INOVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO: AS MULTILATINAS EM POTUGAL INNOVATION AND CONSOLIDATION OF THE IBERO-AMERICAN SPACE: MULTILATINS IN PORTUGAL

* Nancy Elena Ferreira Gomes – *OBSERVARE-UAL*

** Mattia Giovanni Barbera – *OBSERVARE*

Palavras-chave: Multilatinas; espaço ibero-americano; inovação; *start-ups*

Keywords: Multilatins; Ibero-American space; innovation; *start-ups*

Na XXIV Cimeira realizada em Veracruz, em dezembro de 2014, os Estados Ibero-americanos, incluindo Portugal, definem a Inovação como uma das áreas prioritárias de intervenção no sentido de consolidar o espaço ibero-americano. Para a pesquisa, partimos de dois pressupostos: a) que as empresas, em particular as Multilatinas, incluindo as *start-ups* e as incubadoras de investimento, desempenham um papel essencial na geração de Inovação; b) que a promoção destas empresas potencia a produtividade e competitividade da Ibero-América, reforçando este espaço nas suas dimensões identitária, institucional e relacional, e por isso, fortalecendo a sua capacidade de intervenção e/ou estruturante como agente no âmbito da sociedade internacional. Neste estudo, definimos como principal objetivo caracterizar as dinâmicas das empresas Multilatinas: surgimento, localização, estratégia no sentido da inovação e internacionalização, capitais e investimento (IED), principais negócios e parcerias.

Segundo o Relatório “Global LATAM 2020”, os principais destinos dos investimentos das empresas latinas têm sido, por ordem de importância, a própria região, os Estados Unidos e, dentro da União Europeia, Espanha e Portugal. Assim, o foco na presença destas “transnacionais emergentes” em Portugal permitir-nos-á perceber se este país da Europa constitui, efetivamente, um polo significativo para atração de agentes privados latino-americanos para além das fronteiras regionais, observando o fenómeno em termos de evolução do investimento, e identificando facilitadores e inibidores (normativos e institucionais, nacionais e internacionais) da relação empresarial entre Portugal e as Multilatinas situadas no território nacional.

A América Latina parece configurar-se como a nova fronteira do venture capital: em 2020, de acordo com a Global Private Capital Association e o Financial Times, foram investidos 4.1 mil milhões de US\$ de venture capital na região, um montante maior daquele que foi investido no Sudeste Asiático (\$3.3), e em toda a África, Médio Oriente e Leste Europeu juntos. Na primeira metade de 2021, os investimentos de venture capital foram \$6.5 mil milhões, não muito longe dos \$8.3 da Índia. Estas dinâmicas representam uma enorme oportunidade para reforçar os laços entre Portugal e a América Latina e favorecem uma interação mais intensa entre os ecossistemas de empresas tecnológicas europeias e latino-americanas. Em relação às *start-ups* queremos analisar a experiência das *start-ups* latino-americanas com base em Portugal, tanto em termos estatísticos, número de empresas, investimentos, fontes de financiamento, emprego, etc.; como em termos qualitativos, de fatores de atração para a escolha da localização, o crescimento e a retenção. Como por exemplo,

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: INOVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO:
AS MULTILATINAS EM POTUGAL

CONTINUATION: INNOVATION AND CONSOLIDATION OF THE IBERO-AMERICAN SPACE:
MULTILATINS IN PORTUGAL

Nancy Elena Ferreira Gomes – OBSERVARE-UAL
Mattia Giovanni Barbera – OBSERVARE

os fatores *push*, como o número de empresas jovens, acesso a fontes de financiamento, *skills*, tanto técnicos como de gestão, acesso ao mercado único europeu. Todos estes, fatores que contribuem para gerar economias de escala e a aumentar a rentabilidade dos investimentos. Outros fatores importantes a considerar são os chamados *pull*, como a existência de um ecossistema empresarial, o acesso aos fundos nacionais e europeus. Finalmente, e não menos importantes, os fatores culturais e idiomáticos que também contribuem para atrair estas empresas. Neste contexto gostaríamos de evidenciar se existem possibilidades para que o governo Português possa desenhar políticas específicas para facilitar o estabelecimento de empresas inovadoras no país, assim como de *digital nomads*, para aumentar os investimentos e as dinâmicas dos setores inovadores na economia nacional. Este último aspeto é de grande atualidade dado o enorme impulso que a pandemia deu ao teletrabalho. O período escolhido para o estudo vai de 2014 (Cimeira de Veracruz) até 2020, em plena pandemia. Partimos do pressuposto adicional de que em sete anos podemos observar se há ou não regularidade nas transações internacionais (exportações/importações/investimentos), percebendo ao mesmo tempo, como estão a reagir os agentes no atual contexto de crise pandémica. A metodologia para a investigação passa por uma revisão da literatura acessível, nomeadamente relatórios, e a realização de entrevistas aos responsáveis dos vários agentes da relação, envolvidos. Quanto ao método, será feita uma exposição narrativa e numérica/gráfica da realidade observável, seguindo os critérios de temporalidade, espacial, e as características formais previamente definidos. O método dedutivo a partir de conceitos-chave, servirá para relacionar a teoria e a prática das Multilatinas no mercado português.

In the XXIV Summit held in Veracruz, in December 2014, the Ibero-American States, including Portugal, define Innovation as one of the priority areas for intervention in order to consolidate the Ibero-American space. For the research, we started from two assumptions: a) that companies, in particular Multilatinas, including start-ups and investment incubators, play an essential role in generating Innovation; b) that the promotion of these companies enhances the productivity and competitiveness of Ibero-America, strengthening this space in its identity, institutional and relational dimensions, and therefore, strengthening its capacity for intervention and/or structuring as an agent within the international society. In this study, we have defined as main objective to characterize the dynamics of Multilatinas companies: emergence, location, strategy towards innovation and internationalization, capital and investment (FDI), main businesses and partnerships.

According to the “Global LATAM 2020” Report, the main investment destinations of Latino companies have been, in order of importance, the region itself, the United States and, within the European Union, Spain and Portugal. Thus, the focus on the presence of these “emerging transnationals” in Portugal will allow us to understand whether this European country is, in fact, a significant pole for attracting Latin American private agents beyond regional borders, observing the phenomenon in terms of investment evolution, and identifying facilitators and inhibitors (regulatory and institutional, national and international) of the business relationship between Portugal and the Multilatinas located on national territory.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: INOVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO:
AS MULTILATINAS EM PORTUGAL

CONTINUATION: INNOVATION AND CONSOLIDATION OF THE IBERO-AMERICAN SPACE:
MULTILATINS IN PORTUGAL

Nancy Elena Ferreira Gomes – *OBSERVARE-UAL*
Mattia Giovanni Barbera – *OBSERVARE*

Latin America itself, seems to be configured as the new venture capital frontier: in 2020, according to the Global Private Capital Association and the Financial Times, US\$ 4.1 billion of venture capital was invested in the region, an amount greater than that invested in Southeast Asia (\$3.3), and in all of Africa, the Middle East and Eastern Europe combined. In the first half of 2021, venture capital investments were \$6.5 billion, not far off India's \$8.3. These dynamics represent a huge opportunity to strengthen the ties between Portugal and Latin America and favour a more intense interaction between the ecosystems of European and Latin American technology companies. In relation to start-ups we want to analyse the experience of Portugal-based Latin American start-ups, both in statistical terms, number of companies, investments, sources of funding, employment, etc.; and in qualitative terms, attraction factors for the choice of location, growth and retention. For example, push factors, such as the number of young companies, access to sources of financing, technical and management skills, access to the single European market. All these factors contribute to generate economies of scale and increase the profitability of investments. Other important factors to consider are the so-called pull factors, such as the existence of a business ecosystem, access to national and European funds. Finally, and no less important, the cultural and idiomatic factors that also contribute to attract these companies. In this context, we would like to highlight whether there are possibilities for the Portuguese government to design specific policies to facilitate the establishment of innovative companies in the country, as well as digital nomads, to increase investments and the dynamics of innovative sectors in the national economy. This last aspect is of great pertinence today given the enormous impulse that the pandemic has given to teleworking. The period chosen for the study runs from 2014 (Veracruz Summit) to 2020, in the middle of the pandemic. We make the additional assumption that in seven years we can observe whether there is, or not, regularity in international transactions (exports/imports/investments), perceiving at the same time, how the agents are reacting in the current context of pandemic crisis. The methodology for the research includes a review of accessible literature, namely reports, and interviews with the heads of the various actors involved in the relationship. As for the method, a narrative and numerical/graphical exposition of the observable reality will be made, following the criteria of temporality, spatiality, and the formal characteristics previously defined. The deductive method, based on key concepts, will be used to relate the theory and the practice of Multilatins in the Portuguese market.

CONTINUA CONTINUE

- *Autora – Doutorada em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (hoje Universidade de Lisboa). Licenciada em Estudos Internacionais pela Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela. Professora Associada da Universidade Autónoma de Lisboa onde, actualmente, é Coordenadora da Licenciatura em Relações Internacionais. Investigadora integrada do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores, especializada em Assuntos Ibero-Americanos. É autora de várias publicações científicas em revistas nacionais e internacionais, na área da especialidade. Exerceu funções de Consultoria no Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian (entre 2001 e 2005). Especialista convidada de vários órgãos de comunicação social em Portugal.
- **Autor – Experiente economista com uma carreira global em Organizações Internacionais, Agências Governamentais, Instituições Académicas e no sector privado. As suas principais competências estão relacionadas com investigação socioeconómica e ambiental, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento do sector privado, políticas públicas, investimentos e gestão de projectos (concepção, acompanhamento e avaliação), educação, comércio internacional e análise empresarial. Detém uma Laurea em Negócios e Economia na Universidade de Bocconi, Milão-Itália, especialização em Economia Internacional e uma dissertação final sobre empresas multinacionais italianas na Argentina e novas formas de investimento internacional. Mestrado em Meio Ambiente e Assentamentos Humanos na Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago-Chile com uma dissertação final sobre os Impactos Ambientais da especialização comercial da América Latina e Caribe. Entre outros cursos, concluiu um Curso Avançado de Planeamento e Gestão do Desenvolvimento, Estudos de Desenvolvimento e Relações e Organização Internacional, organizado pela Sociedade Italiana de Organização Internacional e patrocinado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano. Iniciou a sua carreira internacional em 1988 na Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas das Nações Unidas (CEPAL/ECLAC), onde realizou actividades de investigação e publicou vários trabalhos. Posteriormente foi nomeado Coordenador de Investigação Económica no Instituto de Relações Europa-América Latina (IRELA), Madrid-Espanha, um grupo de reflexão financiado pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia para informar e implementar as suas políticas na América Latina. Seguiu-se uma breve experiência como professor em La Paz Bolívia, antes de iniciar um serviço de quase quinze anos como economista, especialista em cooperação para o desenvolvimento, no Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano, com um amplo espectro de tarefas que incluíam a representação do Ministério em alguns grupos de trabalho na OCDE e na União Europeia. Em 2008, Mattia mudou-se para Auckland-Nova Zelândia, onde trabalhou para o governo como Economista Sénior e Investigador no Conselho de Auckland, tendo a possibilidade de liderar vários projectos de investigação e publicar numerosos relatórios. Depois tornou-se Associado de Investigação no Instituto de Políticas Públicas da Universidade de Tecnologia de Auckland (AUT) onde colaborou em actividades de investigação e publicações também a nível internacional e leccionou em cursos de pós-graduação e pós-graduação.
- * Author – PhD in International Relations by the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Master in International Relations by the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (now Universidade de Lisboa). Graduated in International Studies by the Faculty of Economic and Social Sciences of the Central University of Venezuela. Associate Professor at the Universidade Autónoma de Lisboa where she is currently Coordinator of the Degree in International Relations. Integrated Researcher of OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores, specialized in Ibero-American Affairs. She is the author of various scientific publications in national and international journals, in the area of specialty. She was a consultant for the Education and Scholarship Department of the Calouste Gulbenkian Foundation (2001-2005). Invited expert for several media in Portugal.
- **Author – Experienced economist with a global career in International Organisations, Government Agencies, Academic Institutions and the private sector. His main skills are related to socio-economic and environmental research, international relations, sustainable development, private sector development, public policy, investment and project management (design, monitoring and evaluation), education, international trade and business analysis. He holds a Laurea in Business and Economics at Bocconi University, Milan-Italy, specialisation in International Economics and a final dissertation on Italian multinational companies in Argentina and new forms of international investment. Master in Environment and Human Settlements at Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago-Chile with a final dissertation on Environmental Impacts of trade, specialisation in Latin America and the Caribbean. Among other courses, he completed an Advanced Course on Development Planning and Management, Development Studies and International Relations and Organisation, hosted by the Italian Society of International Organisation and sponsored by the Italian Ministry of Foreign Affairs. He began his international career in 1988 at the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), where he carried out research activities and published several works. He was subsequently appointed Coordinator of Economic Research at the Institute for European-Latin American Relations (IRELA), Madrid-Spain, a think tank funded by the European Parliament and the European Commission to inform and implement its policies in Latin America. A brief teaching experience in La Paz Bolivia followed, before starting a nearly fifteen-year service as an economist, specialising in development cooperation, at the Italian Ministry of Foreign Affairs, with a broad spectrum of tasks that included representing the Ministry in some working groups at the OECD and the European Union. In 2008, Mattia moved to Auckland-New Zealand, where he worked for the government as Senior Economist and Researcher at the Auckland Council, having the possibility to lead several research projects and publish numerous reports. He then became a Research Associate at the Institute of Public Policy at the Auckland University of Technology (AUT) where he collaborated in research activities and publications, also at an international level and lectured in graduate and postgraduate courses.



A ACÇÃO DO MULTILATERALISMO NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E OS ODS

THE ACTION OF MULTILATERALISM IN SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: THE CASE OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE AND THE SDGS

* **Brígida Brito** – *OBSERVARE-UAL*

** **Duarcides Mariosa** – *PUC Campinas*

Palavras-chave: Multilateralismo; sustentabilidade; clima; São Tomé e Príncipe

Keywords: Multilateralism; sustainability; climate; São Tomé and Príncipe

Ao longo dos anos, desde o início da década de 70 do século XX até à actualidade, a problemática ambiental tem acolhido interesse internacional variável, não apresentando regularidade nem na definição estratégica nem na intervenção para a resolução eficaz de problemas globais. Esta é uma evidência que surge aquando da análise do tema da sustentabilidade ambiental, da questão climática, da urgência na preservação de ecossistemas e na conservação de espécies ameaçadas. Atendendo para uma crescente consciencialização da comunidade internacional que, em larga escala, resulta de um conhecimento alargado de ameaças socioeconómicas e de riscos ambientais, são múltiplos os actores que procuram articular esforços no sentido de encontrar soluções a implementar em sinergia. Neste âmbito, o multilateralismo tem demonstrado uma capacidade catalisadora na congregação de esforços, ainda que os resultados propostos não sejam alcançados de forma imediata.

A comunicação proposta parte de uma sistematização evolutiva e histórica sobre a atenção que a problemática ambiental tem vindo a acolher do ponto de vista internacional através de uma mediação promovida e efectivada por agências multilaterais especializadas, nomeadamente o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP). Esta acção é claramente percebida através da promoção e realização de Cimeiras e de Conferências das Partes (COP), mas também do apoio à mobilização formal e informal da sociedade civil em acções conjuntas. Paralelamente, destaca-se a análise de projectos e programas específicos em curso, ou concluídos, em diferentes áreas regionais. Aparentemente, o principal resultado destas intervenções consiste na sensibilização dos diferentes actores nacionais envolvidos, públicos e privados, e no reforço da sociedade civil, que tem vindo a consolidar a sua posição na temática ambiental. Além da abordagem diacrónica antes referida, um dos exemplos analisados a discutir centra-se nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que interligam de forma directa algumas das questões socioambientais destacadas, tais como o ODS 13 (Acção climática), o ODS 6 (Água e saneamento), o ODS 2 (Erradicar a fome), o ODS 14 (Proteger a vida marinha) e o ODS 15 (Proteger a vida terrestre). Esta leitura cruza as grandes questões ambientais – sustentabilidade e clima – recorrendo a exemplos concretos centrados em ecossistemas vulneráveis.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: A ACÇÃO DO MULTILATERALISMO NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E OS ODS
CONTINUATION: THE ACTION OF MULTILATERALISM IN SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY:
THE CASE OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE AND THE SDGS

Brígida Brito – OBSERVARE-UAL
Duarcides Mariosa – PUC Campinas

Metodologicamente, a análise parte de um levantamento da importância evolutiva do ambiente na acção multilateral para a resolução de questões socioambientais de impacto global, chegando a uma análise focada em territórios insulares africanos. Esta opção recai no arquipélago de São Tomé e Príncipe, sendo que a análise se justifica pela preocupação que as alterações climáticas revestem em territórios vulneráveis, traduzida em larga medida pelos efeitos da subida do nível do mar que, só por si, representa uma ameaça à sustentabilidade nas vertentes humana e ecossistémica. Este é um caso considerado pelas Nações Unidas como uma boa prática, dadas as medidas criadas e implementadas a nível nacional com o objectivo de alcançar os compromissos socioambientais assumidos na Cimeira de Nova Iorque no âmbito do Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, estas são definidas como respostas às alterações climáticas que incluem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável referidos e analisados.

Over the years, from the beginning of the 1970s to present day, the environmental issue has received variable international interest, showing no regularity in either the strategic definition or the intervention for the effective resolution of global problems. This is an evidence that emerges when analysing the theme of environmental sustainability, the climate issue, the urgency of preserving ecosystems and the conservation of endangered species. Considering the growing awareness of the international community which, in large scale, results from a broadened knowledge of socioeconomic threats and environmental risks, multiple actors are trying to articulate efforts to find solutions to be implemented in synergy. In this context, multilateralism has demonstrated a catalysing capacity in the pooling of efforts, even if the proposed results are not achieved immediately.

The proposed communication starts from an evolutionary and historical systematization on the attention that, environmental problematic, has been receiving from the international point of view through a mediation promoted and effected by specialised multilateral agencies, namely the United Nations Environment Programme (UNEP). This action is clearly perceived through the promotion and holding of Summits and Conferences of the Parties (COPs), but also through the support to formal and informal mobilization, in joint actions, of civil society. In parallel, the analysis of specific projects and programme, underway or completed, in different regional areas, stands out. It appears that the main result of these interventions is to raise the awareness of the different national actors involved, both public and private, and to strengthen civil society, which has been consolidating its position on environmental issues. In addition to the diachronic approach previously mentioned, one of the analysed examples to be discussed focuses on the Sustainable Development Goals, which directly interlink some highlighted socio-environmental issues, such as SDG 13 (Climate action), SDG 6 (Water and sanitation), SDG 2 (Eradicate hunger), SDG 14 (Protect marine life) and SDG 15 (Protect terrestrial life). This paper crosses the major environmental issues – sustainability and climate – using concrete examples focused on vulnerable ecosystems.



CONTINUAÇÃO: A ACÇÃO DO MULTILATERALISMO NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E OS ODS

CONTINUATION: THE ACTION OF MULTILATERALISM IN SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY:
THE CASE OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE AND THE SDGS

Brígida Brito – OBSERVARE-UAL

Duarcides Mariosa – PUC Campinas

Methodologically, the analysis starts from a survey of the evolving importance of environment in multilateral action, to solve socio-environmental issues of global impact, arriving at an analysis focused on African island territories. This option falls on the archipelago of Sao Tome and Principe, and the analysis is justified by the concern about climate change in vulnerable territories, largely translated by the effects of rising sea levels which, in itself, represents a threat to sustainability in human and ecosystemic aspects. This is a case considered by the United Nations as a good practice, given the measures created and implemented at national level in order to achieve the socio-environmental commitments assumed at the New York Summit on Sustainable Development. In this sense, these are defined as responses to climate change that include the Sustainable Development Goals referred to and analysed.

*Autora – Professora Associada na Universidade Autónoma de Lisboa, no Departamento de Relações Internacionais. Atua na(s) área(s) de Ciências Sociais e Humanas com ênfase em Relações Internacionais e Sociologia, tendo-se dedicado aos Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, nomeadamente na área do desenvolvimento. Tem interesse pelas áreas temáticas da cooperação internacional e da articulação socioambiental, incluindo acordos internacionais sobre o ambiente, intervenção local na preservação ambiental e conservação de espécies ameaçadas promovida por parcerias para o desenvolvimento.

**Autor – Professor e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; Especialização em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela FMU; Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Professor dos cursos de graduação em Ciências Sociais da Unicamp, de 2003 a 2007; da Uni-Sant’anna, de 2008 a 2010; e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desde 2008.

* Author – Associate Professor at the Universidade Autónoma de Lisboa, in the Department of International Relations. Works in the area(s) of Social Sciences and Humanities with emphasis on International Relations and Sociology, having dedicated herself to African Interdisciplinary Studies in Social Sciences, namely in the area of development. She is interested in the thematic areas of international cooperation and socio-environmental articulation, including international agreements on the environment, local intervention in environmental preservation and conservation of endangered species promoted by partnerships for development.

**Author – Professor and Permanent Researcher of the Postgraduate Program on Sustainability at PUC-Campinas. He holds a degree in Social Sciences from the State University of Campinas; Specialization in Social Service and Social Project Management from FMU; Master’s and Doctorate in Sociology from the State University of Campinas. Post-Doctorate in International Relations from Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Professor of undergraduate courses in Social Sciences at Unicamp, from 2003 to 2007; at Uni-Sant’anna, from 2008 to 2010; and at Pontifícia Universidade Católica de Campinas, since 2008. Associate Member of OBSERVARE (Observatory of External Relations), Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.



INTEGRAÇÃO OU COOPERAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA: DOIS MODELOS ALTERNATIVOS

LATIN AMERICAN REGIONAL INTEGRATION OR COOPERATION: TWO ALTERNATIVE MODELS

Filipe Vasconcelos Romão – *OBSERVARE – UAL*

O Mercosul foi, durante muitos anos, tido como um exemplo de uma possível integração regional na América Latina. Não obstante, depois das expectativas iniciais, o modelo tem dado provas de grande permeabilidade à proximidade ou distanciamento ideológico dos governos dos Estados que compõem a organização. A Aliança do Pacífico, por outro lado, com objectivos muito menos ambiciosos, tem vindo a fazer um percurso que lhe permite ir cumprindo as metas estabelecidas inicialmente, não obstante a ausência de uma ambição política clara. Apesar de estas serem duas organizações que integram Estados latino-americanos, o respectivo posicionamento geográfico, bem como a posição na economia mundial dos Estados poderão ter contribuído para ditar as diferenças entre os dois processos. Nesta comunicação, pretendemos identificar alguns elementos (qualitativos e quantitativos) que poderão fundamentar esses diferentes percursos, colocando o foco nos factores estruturais – posição na economia mundial – e conjunturais – prioridades estabelecidas nos programas económicos dos diferentes governos nacionais dos estados que compõem o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Finalmente, propomos incorporar na nossa análise a sempre presente comparação entre os processos latino-americanos e a integração europeia, procurando perceber se o contexto mundial de um determinado período histórico e a posição central ou periférica de uma região na economia e na política mundiais podem também afectar o sucesso ou o fracasso de uma tentativa de integração regional.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: INTEGRAÇÃO OU COOPERAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA:
DOIS MODELOS ALTERNATIVOS

CONTINUATION: LATIN AMERICAN REGIONAL INTEGRATION OR COOPERATION:
TWO ALTERNATIVE MODELS

Filipe Vasconcelos Romão – OBSERVARE-UAL

For many years Mercosur was held up as an example of possible regional integration in Latin America. However, after the initial expectations, the model has shown great permeability to the ideological proximity or distance between the governments of the States that make up the organisation. The Pacific Alliance, on the other hand, with much less ambitious objectives, has been following a path that allows it to meet the goals initially set, despite the absence of a clear political ambition. Although these are two organisations which include Latin American states, their respective geographical position, as well as their position in the world economy, may have contributed to dictating the differences between the two processes. In this communication, we intend to identify some elements (qualitative and quantitative) that may justify these different paths, focusing on structural factors -position in the world economy- and cyclical factors – priorities established in the economic programmes of the different national governments of the states that make up Mercosur and the Pacific Alliance. Finally, we propose to incorporate in our analysis the ever-present comparison between Latin American processes and European integration, seeking to understand whether the global context of a given historical period, the central or peripheral position of a region in the world economy and politics, may also affect the success or failure of an attempt at regional integration.

Autor – Professor auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa e coordenador de licenciatura em Relações Internacionais. Professor convidado no ISCTE-IUL e na Universidade ORT do Uruguai. Investigador integrado e membro da direcção do OBSERVARE. Comentarista de política internacional da Antena 1 e da RTP. Colunista do jornal online ECO. Presidente da Câmara de Comércio Portugal – Atlântico Sul. Doutoramento em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra (summa cum laude), com a tese “Nacionalismos centrípetos e centrífugos e conflitualidades: o caso espanhol” (2013). Diploma de Estudos Avançados em Política Internacional e Resolução de Conflitos (2007) e licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2005). Investigador na Universidade de Deusto (2008/2009), ao abrigo do European Doctorate Enhancement in Peace and Conflict Studies (EDEN). Bolseiro de doutoramento da Fundação para as Ciências e Tecnologias (2008-2011). Auxiliar de investigação no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2006-2007). Estagiário no Instituto da Defesa Nacional (2005).

Author – Assistant Professor at the Universidade Autónoma de Lisboa and coordinator of the International Relations degree. Guest lecturer at ISCTE-IUL and at the ORT University in Uruguay. Integrated researcher and member of the board of OBSERVARE. International politics commentator for Antena 1 and RTP. Columnist for the online newspaper ECO. President of the Portugal – South Atlantic Chamber of Commerce. PhD in International Relations from the University of Coimbra (summa cum laude), with the thesis “Centripetal and centrifugal nationalisms and conflicts: the Spanish case” (2013). Diploma of Advanced Studies in International Politics and Conflict Resolution (2007) and degree in International Relations from the Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2005). Researcher at the University of Deusto (2008/2009), under the European Doctorate Enhancement in Peace and Conflict Studies (EDEN). PhD scholarship of the Foundation for Science and Technology (2008-2011). Research Assistant at the Institute for Strategic and International Studies (2006-2007). Trainee at the National Defence Institute (2005).



**A CANDIDATURA DE PORTUGAL A MEMBRO NÃO PERMANENTE
DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (2027-2028)
E A REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PORTUGAL'S CANDIDACY FOR NON-PERMANENT MEMBER
OF THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2027-2028)
AND THE UN REFORM**

Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva – *CAPP, ISCSP-Universidade de Lisboa*

Palavras-chave: Portugal; Conselho de Segurança; Secretário-Geral; Reforma; Agenda e Métodos de Trabalho

Keywords: Portugal; Security Council; Secretary-General; Reform; Agenda and Working Methods

Portugal é candidato a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-2028. Tendo em conta que existe um histórico de participação – por três vezes Portugal foi Membro Não Permanente (1979/80, 1997/98 e 2011/2012) –, a que se alia a circunstância de António Guterres ter sido eleito para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, cumprindo neste momento um segundo mandato, este parece ser o momento adequado para densificar e aprofundar o contributo português para a reforma deste órgão. Esta comunicação procura contribuir para este desiderato com base numa ideia base: é possível identificar e desenvolver possíveis linhas de força da candidatura portuguesa, numa lógica de articulação entre as prioridades da candidatura portuguesa (parcialmente baseadas no seu histórico de participação), a agenda do Secretário-Geral em matéria de manutenção da paz e da segurança internacionais e as propostas de reforma do Conselho de Segurança ao nível da agenda e métodos de trabalho que interessam a Portugal como pequeno Estado que acredita no multilateralismo e no papel central do Conselho de Segurança na arquitetura multilateral.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: A CANDIDATURA DE PORTUGAL A MEMBRO NÃO PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (2027-2028) E A REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS
CONTINUATION: PORTUGAL'S CANDIDACY FOR NON-PERMANENT MEMBER OF THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2027-2028) AND THE UN REFORM
Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva – CAPP, ISCSP-Universidade de Lisboa

Portugal is a candidate for Non-Permanent Member of the United Nations Security Council for the biennium 2027-2028. Taking into account Portugal's history of participation – it has been a Non-Permanent Member three times (1979/80, 1997/98 and 2011/2012) –, together with the fact that António Guterres has been elected as Secretary-General of the United Nations, currently serving a second mandate, this seems to be the right time to densify and deepen the Portuguese contribution to the reform of this body. This communication seeks to contribute to this desideratum based on a basic idea: it is possible to identify and develop possible lines of strength for the Portuguese candidacy, in a logic of articulation between the priorities of the Portuguese candidacy (partially based on its history of participation), the agenda of the Secretary-General in matters of maintenance of international peace and security, and the proposals for reform of the Security Council, at the level of the agenda and working methods, that interest Portugal as a small State that believes in multilateralism and in the central role of the Security Council in the multilateral architecture.

Autora – Docente do ISCSP da Universidade de Lisboa, onde exerce funções como Professora Auxiliar leccionando no primeiro, segundo e terceiro ciclos de Relações Internacionais. É licenciada (1994) e mestre (1999) em Relações Internacionais pelo ISCSP, e Doutora em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais (2009) pelo mesmo Instituto. Foi Assistente da Universidade Internacional, Pólo de Lisboa, entre 1994 e 1999. Foi docente do Instituto Superior Naval de Guerra (2003-2006), da Escola Naval (2006) e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no Curso de Relações Internacionais (2011) e é conferencista convidada de diversas instituições de ensino superior. Colabora como investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do ISCSP, no Instituto da Defesa Nacional e no Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (CIDIUM). Foi conselheira do Conselho do Ensino Superior Militar (2011-2016 e novamente desde 2020). Pertence ao Conselho Editorial da revista Geopolítica, ao Conselho Editorial da revista Segurança e Defesa, ao Conselho Editorial da revista Portuguese Journal of International Affairs e ao Conselho Editorial da revista Janus.net e ao Conselho Editorial da revista Nação e Defesa. Pertence ao Conselho Consultivo da revista Proelium. Áreas de especialização: Nações Unidas e o uso da força, resolução de conflitos, organizações de segurança e defesa, políticas públicas de segurança, operações de paz, controlo de armamentos, direitos humanos e justiça penal internacional.

Author – Professor at the ISCSP of the Universidade de Lisboa, where she exercises functions as Assistant Professor teaching in the first, second and third cycles of International Relations. She holds a Degree (1994) and a Master Degree (1999) in International Relations from ISCSP and a PhD in Social Sciences in the speciality of International Relations (2009) from the same Institute. She was an Assistant Professor at the Universidade Internacional, Pólo de Lisboa, between 1994 and 1999. She was a lecturer at the Instituto Superior Naval de Guerra (2003-2006), the Escola Naval (2006) and the Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, in the International Relations Course (2011) and is an invited lecturer at various higher education institutions. She collaborates as a researcher at the Centre for Administration and Public Policy (CAPP) of ISCSP, at the National Defence Institute and at the Centre for Research and Development of the Military University Institute (CIDIUM). She was an advisor to the Council for Military Higher Education (2011-2016 and again since 2020). She belongs to the Editorial Board of the journal Geopolítica, the Editorial Board of the journal Segurança e Defesa, the Editorial Board of the Portuguese Journal of International Affairs and the Editorial Board of the journal Janus.net and the Editorial Board of the journal Nação e Defesa. She belongs to the Advisory Board of the journal Proelium. Areas of expertise: United Nations and the use of force, conflict resolution, security and defence organisations, public security policies, peace operations, arms control, human rights and international criminal justice.



PAINEL **PANEL 3** (em inglês in English)

CHINA, GOVERNAÇÃO E MULTILATERALISMO

CHINA, GOVERNANCE AND MULTILATERALISM

Preside Chairman **Jorge Tavares da Silva** – *Universidade de Aveiro*

Comunicações Communications

5G – Competição para quê?

5G – Competition for what?

António Raimundo – *UAL*

Novas instituições criadas na China: qual função para a Nova Rota de Seda?

New Institutions made in China: which role for the Belt and Road Initiative?

Bruna Cristina Delvaje e and Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*

A Rota da Seda digital: um novo multilateralismo com características chinesas

The digital Silk Road: a new multilateralism with Chinese characteristics

Paulo Afonso Brardo Duarte e and Inês Saraiva – *Universidade do Minho e and Universidade Lusófona Porto*

5G – COMPETIÇÃO PARA QUÊ? 5G – COMPETITION FOR WHAT?

António Raimundo – UAL

Palavras-chave: 5G; competição; tecnologia; conhecimento

Keywords: 5G; Competition; Technology; Knowledge

Os concorrentes de Huawei são europeus, mas a UE não tem uma posição clara neste conflito. Esta tecnologia será utilizada em redes de telecomunicações, drones, satélites e IoT (*Internet of Things*) em contextos civis, militares e empresariais. Esta é uma tecnologia de dupla utilização (civil e militar).

Porque é que a Austrália, Nova Zelândia ou Japão bloquearam o fornecedor chinês mesmo com o risco de represálias comerciais e políticas? Porque é que os países da UE com tecnologia alternativa desenvolvida por empresas europeias enfrentaram o risco de utilização de dados políticos por potências estrangeiras?

Para a China, a 5G é a “melhor tecnologia” com uma relação custo/benefício eficiente. Para os EUA, é uma ferramenta ligada ao elevado volume de dados (crítico em alguns casos) que se deslocará através de redes e dispositivos. Estes dados poderiam alimentar algoritmos de inteligência artificial e ser utilizados para várias propostas.

É a 5G uma ferramenta política? Toda a tecnologia utilizada em dispositivos militares é geopolítica. Com a poderosa rede Huawei, os dados poderiam ser “entregues” a centros militares e espiões chineses?

As redes sociais têm tornado visível a dimensão crítica da informação. As redes 5G ligarão tudo com tudo e o fluxo de dados será tremendo. Os dados alimentarão ferramentas com capacidade multi-relacionamento que permitirão prever o comportamento social e político. Como é que o 5G poderá ser classificado no confronto EUA-China?

- Competição tecnológica?
- Liderança em inovação?
- Liderança global?
- Competição civilizacional?
- *All-in-one*?

A pressão política dos EUA não pode ser dissociada do esforço de separação das duas economias, como uma forma fingida de bloquear o desenvolvimento da economia chinesa e da tecnologia militar. Poderá a UE ser equidistante nesta matéria? Porque é que esta tecnologia é tão importante para a China? Será, uma base instalada politicamente relevante, uma forma de evitar um bloqueio dos EUA? Irá a China impor retaliações comerciais e políticas na UE como o faz na Ásia?

O conhecimento é poder. Os dados são críticos para o conhecimento. O 5G significa um elevado volume de dados. É por isso que o 5G é tão importante tanto para a China como para os EUA. A competição pela inovação é competição pelo conhecimento porque o poder se sustenta a si próprio e se projecta com base no conhecimento.

CONTINUA CONTINUE

Huawei competitors are European, but EU doesn't have a clear position in this conflict. This technology will be used in telecom networks, drones, satellites and IoT (Internet of things) in civil, military and enterprise contexts. This is a dual use (civil and military) technology.

Why Australia, New-Zeeland or Japan blocked the Chinese supplier even with the risk of commercial and political retaliation's? Why EU countries with alternative technology's developed by European enterprises faced the risk of political data usage by foreign powers?

For China is "better technology" with efficient relation price/performance. For US, it is a tool linked with the high volume of data (critical in some cases) that will travel across networks and devices. This data could power artificial intelligence algorithms and be used for several purposes.

5G is a political tool? Every technology used in military devices is geopolitical. In network's power by Huawei, the data could be "handed over" to Chinese spy and military centers?

Social networks have made the critical dimension of information visible. The 5G networks will connect everything with everything and data flow will be tremendous. Data will feed tools with multi-relationship capacity that will allow foreseeing social and political behavior. How 5G could be classified in US-China confrontation?

- Technological competition?
- Innovation leadership?
- Global leadership?
- Civilizational competition?
- All-in-one?

The political pressure from the US cannot be dissociated from the effort to decouple the two economies, as a pretending way to blocking the development of the Chinese economy and military technology. Can the EU be equidistant in this matter? Why is this technology so important to China? Is a politically relevant installed base a way to avoid a US blockade? Will China impose trade and political retaliation's in EU as it does in Ásia?

Knowledge is power. Data is critical for knowledge. 5G means high data volume. That's why 5G is so important for both China and US. Competition for innovation is competition for knowledge because power supports itself and projects itself based on knowledge.

NOVAS INSTITUIÇÕES CRIADAS NA CHINA: QUAL FUNÇÃO PARA A NOVA ROTA DE SEDA? NEW INSTITUTIONS MADE IN CHINA: WHICH ROLE FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE?

* Bruna Cristina Delvaje – *Universidade do Minho*

** Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*

Palavras-chave: Nova Rota da Seda; *Soft Power*; Multilateralismo; Instituições; *Role Theory*

Keywords: Belt and Road Initiative; *Soft Power*; Multilateralism; Institutions; *Role Theory*

Apesar de ser uma potência mundial económica e militar, a China tem vindo a investir numa *Soft Power* com características chinesas. Para tal, a China tem vindo a aplicar uma diplomacia económica juntamente com uma *Soft Power*, a fim de promover um ambiente amigável a nível mundial. Destina-se a diminuir a sinofobia, bem como a melhor alcançar várias oportunidades de negócio através de apoio financeiro a vários projectos de infra-estruturas, tal como reflectido na lógica da Nova Rota da Seda (BRI – *Belt and Road Initiative*). Esta iniciativa procura financiar uma conectividade abrangente, infra-estruturas, bem como uma rede institucional. Apesar da China divulgar a sua BRI forjando uma narrativa vantajosa para todos, na prática, os países individuais nem sempre estão optimistas sobre se os projectos da China e, *lato sensu*, o BRI deve beneficiá-los. Assim, este artigo visa compreender as especificidades do novo multilateralismo elaborado na China, incluindo o BRI, baseando-se nos postulados da *Role Theory*. Usando uma análise qualitativa, e tendo como horizonte temporal o período desde 2013 (isto é, quando o BRI foi lançado) até ao surgimento das pandemias, esperamos concluir que houve uma tendência de mudança não só na concepção do papel da China (nomeadamente na forma como se percebe a si própria e ao mundo), mas também nas expectativas do papel da comunidade internacional face à posição chinesa em matéria de negócios estrangeiros. Como resultado, argumentamos que a BRI é a melhor ferramenta para avaliar tal evolução na posição da China, mas também o seu meio mais notável para gerar um novo multilateralismo num contexto em que as instituições lideradas pelo Ocidente já não reflectem a nova concepção e desempenho do papel da China.

Este artigo irá contribuir para a literatura sobre os novos desenvolvimentos que estas iniciativas estrangeiras trouxeram às abordagens do *soft power* chinês. A análise basear-se-á no conceito clássico de *soft power* de Nye, caracterizado pela utilização da persuasão e não da coerção para construir parcerias regionais e relações internacionais (Nye, 1990, 166-167). O uso do *soft power* significa que a influência do poder é uma combinação de métodos culturais, económicos e científicos. Este poder teve impacto em diversas esferas, incluindo a cultura, educação, ciência, cooperação para a ajuda ao desenvolvimento e promoção do multilateralismo.

O conhecimento e a investigação sobre o *soft power* da China só se intensificaram nas últimas três décadas. Em 2007, Pequim adoptou oficialmente esta estratégia política no 17º Congresso Nacional do Partido Comunista (PCC), iniciando uma maior utilização do *soft power* na República Popular da China. Assim, o BRI tem sido utilizado como uma estratégia de *soft power* para ajudar o regime político da China e reforçar a sua influência internacional. A China tem vindo a criar novas instituições e a actualizar as antigas, à medida que muda

CONTINUAÇÃO: NOVAS INSTITUIÇÕES CRIADAS NA CHINA: QUAL FUNÇÃO PARA A NOVA ROTA DE SEDA?

CONTINUATION: NEW INSTITUTIONS MADE IN CHINA: WHICH ROLE FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE?

Bruna Cristina Delvaje – Universidade do Minho

Paulo Afonso Brardo Duarte – Universidade do Minho

o seu posicionamento nas instituições económicas e financeiras internacionais dominadas pelo Ocidente. A China tem vindo a reformar as suas instituições. Está a criar mudanças inovadoras em instituições antigas e ideologias ultrapassadas, orientando instituições políticas, sociais e económicas e reemergindo na cena internacional como potência global (Buzan, 2010, 18).

Embora forneça uma análise da evolução do *soft power* da China, a nível de conceptualização e implementação, este artigo visa responder à seguinte questão de investigação: De que forma o BRI contribuiu para a formação das características do multilateralismo chinês? Esta investigação analisa o impacto do *soft power* da China desde 2013 até ao início da pandemia global da COVID em Março de 2020 ou por volta dessa data. Estudos anteriores examinaram a política externa contemporânea chinesa. A avaliação do *soft power* chinês dependerá de uma análise qualitativa de fontes secundárias e primárias. Entre estas últimas, destacam-se os documentos oficiais da China, dados de inquéritos e indicadores fornecidos pelo Índice *Soft Power* 30 que combina dados objectivos e sondagens internacionais para oferecer o que o Professor Nye descreveu como a imagem mais clara do *soft power* global até à data” (The *Soft Power* Report 2018, 13). Este artigo irá examinar a concepção do papel do *soft power* em cada actor envolvido com a China e as subsequentes mudanças no desempenho do papel do actor, num processo em que um actor recebe continuamente os contributos de audiências externas e recalibra o seu comportamento de acordo com os seus próprios valores e outras expectativas. Isto explica melhor o enfoque na iniciativa de política externa, o BRI. O BRI será escrutinado como uma ferramenta de *soft power* que se baseia na ligação entre a Comunidade de Destino Comum (CCD), a Tianxia, bem como na vitimização do passado, nostalgia e pragmatismo. Este artigo começa por fornecer as principais ligações entre o *soft power*, a *Role Theory* e as estratégias globais chinesas. Em seguida, apresenta uma visão geral da emergência do BRI. Finalmente, à luz da *Role Theory* baseada nos critérios triádicos acima mencionados, avalia comparativamente as lacunas conceptuais e relacionadas com o *soft power* prevalentes neste actor. A conclusão sublinha que o BRI infundiu o *soft power* da China com aspectos inovadores e diferenças na concepção de papéis, expectativa de papéis e desempenho de papéis.

In spite of being an economic and military world power, China has been investing in a Soft Power with Chinese characteristics. To do so, China has been applying an economic diplomacy together with a Soft Power in order to foster a friendly-worldwide environment. This is intended to decrease Sinophobia, as well as to better achieve several business opportunities by means of financial support to various infrastructure projects, as reflected in the Belt and Road Initiative (BRI) rationale. This initiative seeks to finance a comprehensive connectivity, infrastructure, as well as institutional network. Despite China disseminates its BRI by forging a win-win narrative, in practice individual countries are not always optimistic on whether China’s projects and, lato sensu, its BRI is to benefit them. This being said, this article aims at understanding the specificities of the new multilateralism made-in-China, including the BRI,

CONTINUAÇÃO: NOVAS INSTITUIÇÕES CRIADAS NA CHINA: QUAL FUNÇÃO PARA A NOVA ROTA DE SEDA?

CONTINUATION: NEW INSTITUTIONS MADE IN CHINA: WHICH ROLE FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE?

Bruna Cristina Delvaje – *Universidade do Minho*

Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*

drawing on the postulates of the role theory. Using a qualitative analysis, and having as time frame the period from 2013 (i.e. when the BRI was launched) until the emergence of the pandemics, we expect to conclude that there has been a shifting trend not only on China's role conception (namely on the way it perceives itself and the world), but also on the role expectations of the international community vis-à-vis Chinese stance in foreign affairs. As a result, we argue that the BRI is the best tool to assess such evolution on China's stance, but also its most outstanding means to generate a new multilateralism in a context in which Western-led institutions no longer reflect China's new role conception and role performance.

This article will contribute to the literature for the novel developments that these foreign initiatives have brought to the Chinese soft power approaches. The analysis will draw on Nye's classic concept of soft power that is characterized by the utilization of persuasion rather than coercion to build regional partnerships and international relationships (Nye, 1990, 166-167). The use of soft power means that the power influence is a combination of cultural, economic and scientific methods. This power has impacted diverse spheres including culture, education, science, development aid cooperation and promotion of multilateralism.

The knowledge and research about China's soft power have only intensified in the past three decades. In 2007, Beijing officially adopted this as a political strategy at the 17th National Congress of the Communist Party (CCP) initiating an increased use of soft power in the Peoples Republic of China. Thus, the BRI has been used as a soft power strategy to assist China's political regime and reinforcement of its international influence. China has been creating new institutions and upgrading the old ones, as it changes its positioning in Western dominated international economic and financial institutions. China is reforming its institutions. It is creating innovative change to old institutions and outdated ideologies guiding political, social and economic institutions and reemerging on the international stage as a global power (Buzan, 2010, 18).

While providing an analysis of the evolution of China's soft power, at the conceptualization and implementation levels, this article aims at responding to the following research question: What way the BRI has contributed to the generation of Chinese characteristics of multilateralism? This research reviews the impact of China's soft power from 2013 until the start of the global COVID pandemic at or about March 2020. Previous studies have examined Chinese contemporary foreign policy. The appraisal of Chinese soft power will rely on a qualitative analysis of secondary and primary sources. Among the latter, stand out China's official documents, survey datas and indicators provided by Soft Power 30 Index which combines objective data and international polling to offer what Professor Nye has described as the clearest picture of global soft power to date' (The Soft Power Report 2018, 13). This article will examine the role conception of soft power on each actor engaged with China and the subsequent changes in the actor's role performance, in a process in which an actor continuously receives the inputs from external audiences and recalibrates its behavior according to its own values and other expectations. This further explains the focus on the foreign policy initiative, the BRI. The BRI will be scrutinized as a tool of soft power that dwells upon the



CONTINUAÇÃO: NOVAS INSTITUIÇÕES CRIADAS NA CHINA: QUAL FUNÇÃO PARA A NOVA ROTA DE SEDA?

CONTINUATION: NEW INSTITUTIONS MADE IN CHINA: WHICH ROLE FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE?

Bruna Cristina Delvaje – *Universidade do Minho*

Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*

link between the Community of Common Destiny (CCD), the Tianxia, as well as victimization of the past, nostalgia and pragmatism. This article begins by providing the major connections between soft power, role theory and the Chinese global strategies. It then presents an overview of the emergence of the BRI. Finally, in the light of role theory based on the above mentioned triadic criteria, it comparatively assesses the conceptual and role-related gaps in soft power prevailing in this actor. The conclusion underlines that the BRI has infused China's soft power with innovative aspects and differences in role conception, role expectation and role performance.

* Autora – Estudante da Universidade do Minho, 2º ano da Licenciatura em Relações Internacionais; Membro do CECRI da Universidade do Minho.

** Autor – Professor Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto e Professor Convidado na Universidade do Minho. Investigador pós-doutorado no Centro de Investigação em Ciência Política, na Universidade do Minho. Orador convidado em várias conferências e seminários a nível internacional e coopera frequentemente com órgãos da comunicação social estrangeiros e portugueses (TV, Rádio e Imprensa). Doutoramento e Mestrado em Ciências Políticas e Sociais, atribuído pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Especialista na iniciativa “*China's Belt and Road Initiative*”, sobre a China, Política Mundial, e especificamente sobre a Ásia Central, onde realizou investigação de campo no quadro do doutoramento (Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) com uma bolsa de estudo atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian.

* Author – Student at the University of Minho, 2nd year of a Bachelor's degree in International Relations; Member of CECRI at the University of Minho.

** Author – Assistant Professor at Universidade Lusófona do Porto and Invited Professor at the University of Minho. Post-doctoral researcher at Centro de Investigação em Ciência Política, at the University of Minho. Invited speaker for several conferences and seminars worldwide and often cooperates with foreign and Portuguese media (TV, Radio and Press). PhD and a Masters in Political and Social Sciences, awarded by the Catholic University of Louvain, Belgium. Expert in China's Belt and Road Initiative, on China, World Politics, and specifically Central Asia, where he carried out on-the-ground doctoral research (Kazakhstan, Kyrgyzstan and Tajikistan) with a scholarship awarded from the Calouste Gulbenkian Foundation.



A ROTA DA SEDA DIGITAL: UM NOVO MULTILATERALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS THE DIGITAL SILK ROAD: A NEW MULTILATERALISM WITH CHINESE CHARACTERISTICS

* **Paulo Afonso Brardo Duarte** – *Universidade do Minho*

** **Inês Saraiva** – *Universidade Lusófona Porto*

Palavras-chave: Rota da Seda Digital, Corredores digitais; China; Multilateralismo; Geopolítica

Keywords: Digital Silk Road; Digital corridors; China; Multilateralism; Geopolitics

Este estudo surge numa altura em que as Relações Internacionais (RI) têm vindo a enfrentar uma guerra comercial, caracterizada não só por questões económicas, mas também por geopolítica. Paradigmático a este respeito é o debate controverso em torno do chamado 5G. A literatura sobre a Rota da Seda digital é escassa, embora esta última seja a componente mais recente da Nova Rota da Seda (BRI). Entre o valor acrescentado e a originalidade deste projecto face a outros estudos, destacamos o facto de a Internet ser um espaço primário de adaptação e eliminação de estruturas antigas, mais difícil de controlar pelos poderes estabelecidos. Por conseguinte, os corredores digitais são importantes, uma vez que o seu impacto na nova ordem multilateral oscila entre incerteza, ignorância e surpresa. Com base nas lacunas acima mencionadas, este projecto visa avaliar as múltiplas dimensões e contornos dos corredores digitais desde o seu lançamento em 2015 até 2020, a fim de responder à seguinte questão: Como é que a esfera digital complementa os corredores terrestres e marítimos na China; a posição da China em relação ao multilateralismo? Por sua vez, esta pergunta permite perseguir dois objectivos. Por um lado, o de reconhecer os corredores digitais como um meio extraordinário para divulgar o modelo económico chinês e o *soft power* chinês (nomeadamente através do comércio electrónico, da globalização e da difusão da cultura e da língua chinesas). E, por outro lado, demonstrar que a Rota da Seda digital é o resultado de uma nova geopolítica e multilateralismo com características chinesas, gradualmente alargada à esfera virtual.

A metodologia baseia-se numa análise qualitativa de fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias incluem artigos científicos recentes, assim como livros e capítulos de livros. Por sua vez, entre as fontes primárias, destacamos os documentos oficiais disponibilizados pelo Governo chinês em inglês, discursos oficiais obtidos através, por exemplo, de agências noticiosas, bem como relatórios e indicadores internacionais. As lentes conceptuais que seleccionámos para analisar a integração dos corredores digitais na Nova Rota da Seda e o seu potencial como elemento complementar da grande estratégia chinesa, não são as do construtivismo, do liberalismo ou do realismo. Em vez disso, o entendimento de Xi Jinping é o de que um poder que não compreende a importância da esfera digital é um poder sem futuro, está bem teorizado nos postulados de adaptação, selecção e eliminação defendidos pela teoria da evolução social. Tal como Chan, consideramos que; “a evolução social oferece um caminho alternativo que é mais holístico e abrangente [que o realismo, liberalismo e construtivismo] para explicar mudanças e tendências”; (2016: 141).

CONTINUA CONTINUE

CONTINUAÇÃO: A ROTA DA SEDA DIGITAL: UM NOVO MULTILATERALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

CONTINUATION: THE DIGITAL SILK ROAD: A NEW MULTILATERALISM WITH CHINESE CHARACTERISTICS

Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*
Inês Saraiva – *Universidade Lusófona Porto*

Na prática, a teoria da evolução social aplicada à instrumentalização das plataformas digitais afirma que o que leva a China a melhorar as suas capacidades virtuais não é explicado pela utopia de uma globalização altruísta, nem pela intenção de ameaçar os actuais sistemas económicos e políticos (entre outros), como o realismo defenderia. Portanto, a teoria da evolução social introduz novos elementos que as outras teorias dominantes parecem ignorar. A adaptação aos novos tempos já não é compatível com o baixo perfil defendido por Deng Xiaoping. De facto, Xi Jinping está consciente de que se a China não reforçar o controlo sobre a sua própria população e reformular a arquitectura financeira e institucional mundialmente estabelecida, o país permanece vulnerável a outra crise económica semelhante à de 2008.

Agora, tudo isto é susceptível de ser gradualmente alcançado através do potencial da Rota da Seda digital. Esta última sanciona os cidadãos com baixa pontuação social (inspirada por uma sociedade orwelliana que escrutina tudo), ao mesmo tempo que contribui para enfraquecer a hegemonia do dólar americano através da criação de um renminbi digital e do incentivo à compra de produtos e serviços chineses em linha.

Como principais conclusões, esperamos que a Rota da Seda digital seja tão ou mais relevante do que os corredores terrestres e marítimos na implementação gradual da Pax Sinica. Uma segunda conclusão é que a geopolítica já não pode ser analisada numa visão clássica do termo, porque os desafios evoluíram e, conseqüentemente, as estratégias para os enfrentar também.

Em termos de estrutura, este documento começa por revisitar a lógica subjacente aos corredores terrestres e marítimos, a fim de introduzir e avaliar os corredores digitais como o elo em falta na análise da iniciativa chinesa. Posteriormente, será explorada a dinâmica da Rota da Seda digital dentro da China, a fim de realçar o papel da esfera virtual na vigilância do comportamento humano (Sistema de Crédito Social) como forma de preservar a legitimidade do Partido Comunista Chinês. Posteriormente, iremos investigar os contornos e o desempenho dos corredores digitais chineses no estrangeiro, nomeadamente a sua dupla vertente civil (económica) e de inteligência, tal como personificada no caso da 5G.

This study comes at a time when International Relations (IR) has been facing a trade war, characterized not only by economic issues, but also by geopolitics. Paradigmatic at this regard is the controversial debate around the so-called 5G. Literature on the digital Silk Road is scarce, albeit the latter is the most recent component of the Belt and Road Initiative (BRI). Among the added-value and originality of this project vis-à-vis other studies, we highlight the fact that internet is a primary space for adaptation and elimination of old structures, more difficult to control by the established powers. Therefore, the digital corridors matter as their impact on the new multilateral order oscillate between uncertainty, ignorance and surprise. Based on the aforementioned gaps, this project aims to assess the multiple dimensions and contours of the digital corridors since these were launched in 2015 until 2020, in order to answer the following question: How does the digital sphere complement the land and sea

corridors in China's stance vis-à-vis multilateralism? In turn, this question enables to pursue two objectives. On the one hand, that of recognizing the digital corridors as an extraordinary means to disseminate Chinese economic model and Chinese soft power (namely through e-commerce, globalization and spreading Chinese culture and language). And, on the other hand, to demonstrate that the digital Silk Road is the outcome of a new geopolitics and multilateralism with Chinese characteristics, gradually extended to the virtual sphere.

The methodology draws on a qualitative analysis of secondary and primary sources. Secondary sources include recent scientific articles, as well as books and book chapters. In turn, amongst the primary sources, we highlight the official documents made available by the Chinese Government in English, official speeches obtained through, for example, news agencies, as well as international reports and indicators. The conceptual lenses that we have selected to analyze the integration of the digital corridors within the BRI and their potential as a complementary element in the Chinese grand strategy, are not those of constructivism, liberalism nor realism. Instead, Xi Jinping's understanding that a power that does not understand the importance of the digital sphere is a power without a future, is well theorized in the postulates of adaptation, selection and elimination defended by the theory of social evolution. Like Chan, we consider that "social evolution offers an alternative path that is more holistic and comprehensive [than realism, liberalism and constructivism] to explain changes and trends" (2016: 141).

In practice, the theory of social evolution applied to the instrumentalization of digital platforms claims that what leads China to improve its virtual skills is neither explained by the utopia of an altruistic globalization, nor by the intention of threatening the current economic and political systems (among others), as realism would advocate. Therefore, the theory of social evolution introduces new elements that the other mainstream theories seem to ignore. Adapting to the new times is no longer compatible with the low profile once defended by Deng Xiaoping. Indeed, Xi Jinping's China is aware that if it does not strengthen control over its own population and reshape the financial and institutional architecture worldwide established, the country remains vulnerable to another economic crisis similar to that of 2008. Now, all of this is likely to be gradually achieved through the potential of the digital Silk Road. The latter sanctions citizens with low social score (inspired by an Orwellian society that scrutinizes everything), while contributing to weaken the hegemony of the US dollar through the creation a digital renminbi and the incentive to purchase Chinese products and services online.

As main conclusions, we expect that the digital Silk Road is as or more relevant than the land and sea corridors in the gradual implementation of Pax Sinica. A second conclusion is that geopolitics can no longer be analyzed in a classic view of the term, because the challenges have evolved and, consequently, the strategies to face them as well.



CONTINUAÇÃO: A ROTA DA SEDA DIGITAL: UM NOVO MULTILATERALISMO
COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS
CONTINUATION: THE DIGITAL SILK ROAD: A NEW MULTILATERALISM
WITH CHINESE CHARACTERISTICS

Paulo Afonso Brardo Duarte – *Universidade do Minho*
Inês Saraiva – *Universidade Lusófona Porto*

In terms of structure, this paper starts by revisiting the rationale underlying the land and sea corridors, in order to introduce and assess digital corridors as the missing link in the analysis of the Chinese initiative. Subsequently, the dynamics of the digital Silk Road inside China will be explored, in order to highlight the role of the virtual sphere in the surveillance of human behavior (Social Credit System) as a way of preserving the legitimacy of Chinese Communist Party. Afterwards, we will investigate the contours and performance of Chinese digital corridors abroad, namely their dual civil (economic) and intelligence aspects, as personified in the case of the 5G.

- * Autor – Professor Assistente da Universidade Lusófona do Porto e Professor Convidado da Universidade do Minho. Investigador pós-doutorado no Centro de Investigação em Ciência Política, na Universidade do Minho. Orador convidado para várias conferências e seminários a nível internacional e colabora frequentemente com meios de comunicação social estrangeiros e portugueses (TV, Rádio e Imprensa). Doutoramento e Mestrado em Ciências Políticas e Sociais, atribuído pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Especialista na iniciativa “China’s Belt and Road Initiative”, sobre a China, Política Mundial, e especificamente sobre a Ásia Central, onde realizou investigação de doutoramento no terreno (Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) com uma bolsa de estudo atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian.
- ** Autora – Licenciatura em Ciência Política na Universidade Lusófona do Porto.
- * Author – Assistant Professor at Universidade Lusófona do Porto and Invited Professor at the University of Minho. Post-doctoral researcher at Centro de Investigação em Ciência Política, at the University of Minho. Invited speaker for several conferences and seminars worldwide and often cooperates with foreign and Portuguese media (TV, Radio and Press). PhD and a Masters in Political and Social Sciences, awarded by the Catholic University of Louvain, Belgium. Expert in China’s Belt and Road Initiative, on China, World Politics, and specifically Central Asia, where he carried out on-the-ground doctoral research (Kazakhstan, Kyrgyzstan and Tajikistan) with a scholarship awarded from the Calouste Gulbenkian Foundation.
- ** Author – Bachelor’s in Political Science at Universidade Lusófona do Porto.



PAINEL **PANEL 4** (em português in Portuguese)

MEDIA E SOCIEDADE NO CONTEXTO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

MEDIA AND SOCIETY IN THE CONTEXT OF COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Preside Chairman **Bruno Reis** – *OBSERVARE-UAL Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) Department of Communication Sciences*

Comunicações Communications

Os murais do salão nobre da Assembleia Nacional no contexto do Estado Novo

The murals of the main hall of the National Assembly in the context of the Estado Novo

Anabela Neves – *UAL DCC*

Desinformação em contexto nacional e europeu

Disinformation in a national and European context

Carlos Pedro Dias – *OBSERVARE-UAL e and UAL DCC*

O pluralismo e a (falta de) diversidade nos media em Portugal

Pluralism and (the lack of) diversity in the media in Portugal

Joana Gorjão Henriques – *UAL DCC*

Polarização no contexto político brasileiro: A construção social da realidade na revista Veja

Polarization in the Brazilian political context: The social construction of reality in Veja journal

João de Sousa – *UAL DCC*

Jornal O Negro: um estudo do órgão de comunicação dos estudantes africanos em Lisboa

Journal O Negro: a study by a communication organ of African students in Lisbon

Jorge Fonseca de Almeida – *UAL DCC*

Redes sociais online, exposição e cyberbullying: um estudo com universitários de Cabo Verde

Online social networks, exposure and cyberbullying: a study with university students from Cape Verde

João Carlos de Sousa e and Paula Lopes – *UAL DCC*

Práticas mediáticas, riscos e danos. Reflexões sobre as relações em rede de jovens estudantes cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos

Media practices, risks and damages. Reflections on the networking of young Cape Verdean, Angolan and Mozambican students

Paula Lopes e and Jaime Lourenço – *UAL DCC*



OS MURAI DO SALÃO NOBRE DA ASSEMBLEIA NACIONAL NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO THE MURALS OF THE MAIN HALL OF THE NATIONAL ASSEMBLY IN THE CONTEXT OF THE ESTADO NOVO

Anabela Neves – UAL DCC

O objetivo deste trabalho é analisar a grande campanha de intervenção arquitetónica dos anos 40 do século XX no Palácio da Assembleia Nacional, situando-a no contexto ideológico-propagandístico do Estado Novo. A problematização incide sobre os grandes murais do Salão Nobre e da então Escadaria de Honra, pintados nessa época. Pretendemos refletir sobre a temática dos painéis e a sua relação com as representações sociais (Liu & Hilton, 2005, p. 3), estéticas e políticas que marcaram as décadas de 30 e 40 nas obras públicas em Portugal. Em que medida é que a “política do espírito” de António Ferro e a narrativa ideológica do Estado Novo sobre um passado grandioso (reconstruído) estão presentes nos murais? A construção da chamada “Era de Ressurgimento Nacional” de Portugal condicionou, e de que forma, as escolhas quer dos temas, quer dos artistas? Para responder a estas perguntas, usamos bibliografia e entrevistas a Cátia Mourão, historiadora de arte e funcionária do Arquivo Histórico e Parlamentar da Assembleia da República (AR), além de imagens do Jornal Português e fotografias do arquivo da AR. Esta proposta de “pôr em campo” (Piçarra, 2014, p.73) o que o Estado Novo quis representar na Assembleia Nacional permitiu-nos uma viagem no tempo, particularmente enriquecedora para quem “habitou” o Palácio de S. Bento, durante 29 anos, ao serviço do jornalismo parlamentar e dos cidadãos. Uma viagem tanto mais oportuna e motivadora quando se vivem tempos preocupantes em Portugal e no Mundo com a ascensão de movimentos perigosos para as democracias. Como todas as viagens, começa pelo início.

The goal of this work is to analyze the great architectural intervention campaign of the 40s of the 20th century in the National Assembly Palace, placing it in the ideological-propagandistic context of the Estado Novo. The problematization focuses on the great murals of the Salão Nobre and the then Staircase of Honor, painted at that time. We intend to reflect on the theme of the panels and their relationship with social, aesthetic and political representations (Liu & Hilton, 2005, p. 3) that marked the 1930s and 1940s in public works in Portugal. To what extent are António Ferro’s “politics of the spirit” and the Estado Novo’s ideological narrative about a grandiose (reconstructed) past present in the murals? Did the construction of the so-called “National Resurgence Era” in Portugal conditioned, and in what way, the choices of both themes and artists? To answer these questions, we used bibliography and interviews with Cátia Mourão, art historian and employee of the Parliamentary and Historical Archives of the Assembly of the Republic (AR), as well as images from Jornal Português and photographs from the AR archive. This proposal to “put into field” (Piçarra, 2014, p.73) what the Estado Novo wanted to represent in the National Assembly allowed us to travel back in time, particularly enriching for those who “inhabited” the Palace of S. Bento, during 29 years, serving parliamentarian and citizen journalism. A trip that is all the more timely and motivating when we are living in worrying times in Portugal and in the world with the rise of dangerous movements for democracies. Like all travels, it starts at the beginning.



DESINFORMAÇÃO EM CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU DISINFORMATION IN A NATIONAL AND EUROPEAN CONTEXT

Carlos Pedro Dias – *OBSERVARE-UAL e and UAL DCC*

O que é a desinformação? Que efeitos causa na sociedade e nas relações entre os países? Como se combate um fenómeno desta dimensão? Pode a democracia sobreviver a campanhas massivas de desinformação que procuram manipular o sistema? Como reage a Europa a esta situação? O objetivo deste trabalho é o de realizar um estudo exploratório sobre a desinformação, recorrendo sobretudo a pesquisa bibliográfica e documental. Um estudo focado numa perspetiva europeia, mas em que é impossível não olhar a realidade de outros países e continentes onde este fenómeno se tem feito sentir de forma ainda mais evidente. O exemplo dos Estados Unidos da América não pode ser ignorado. Pela dimensão e evidência da desinformação neste país, mas também pela investigação científica que tem vindo a ser desenvolvida.

What is disinformation? What effects does it have on society and on relations between countries? How to combat a phenomenon of this dimension? Can democracy survive massive disinformation campaigns that seek to manipulate the system? How does Europe react to this situation? The objective of this work is to carry out an exploratory study on disinformation, using mainly bibliographic and documentary research. A study focused on a European perspective, but in which it is impossible not to look at the reality of other countries and continents where this phenomenon has been felt even more clearly. The example of the United States of America cannot be ignored. Due to the dimension and evidence of disinformation in this country, but also due to the scientific research that has been carried out.



O PLURALISMO E A (FALTA DE) DIVERSIDADE NOS MEDIA EM PORTUGAL PLURALISM AND (THE LACK OF) DIVERSITY IN THE MEDIA IN PORTUGAL

Joana Gorjão Henriques – *UAL DCC*

Este artigo pretende debater a ausência de diversidade nas redações dos principais media generalistas em Portugal, elemento essencial para garantir o pluralismo dos media. Defende que não é suficiente que o pluralismo esteja refletido nos temas abordados pelos órgãos de informação, é necessário garantir a diversidade dos próprios produtores de notícias de modo a assegurar a sua plena efetivação e da democracia. Começa por dar um contexto sobre o pluralismo nos media, analisa a importância da diversidade e enumera exemplos da sua ausência nos três principais jornais nacionais, Público, Expresso e Diário de Notícias. Conclui com a necessidade de os media desenvolverem políticas ativas de recrutamento de jornalistas e colunistas pertencentes a minorias. Um dos pressupostos do pluralismo interno é a diversidade e confronto de opiniões na orientação e conteúdo de um órgão de comunicação social. Ao não ter essa diversidade os media não estão a seguir esta orientação, nem a contribuir para uma efetiva democracia.

This article intends to debate the absence of diversity in the newsrooms of the main generalist media in Portugal, an essential element to guarantee the pluralism of the media. It argues that it is not enough for pluralism to be reflected in the themes addressed by the news media, it is also necessary to guarantee the diversity of news producers themselves, in order to ensure their full effectiveness and democracy. It begins by providing a context for pluralism in the media, it analyses the importance of diversity and it lists examples of its absence in the three main national newspapers, Público, Expresso and Diário de Notícias. It concludes with the need for the media to develop active policies to recruit minority journalists and columnists from the minority groups. One of the presuppositions of internal pluralism is the diversity and confrontation of opinions in the orientation and content of a media organ. By not having this diversity, the media are not following this orientation, nor are they contributing to an effective democracy.



POLARIZAÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE NA REVISTA VEJA **POLARIZATION IN THE BRAZILIAN POLITICAL CONTEXT: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF REALITY IN VEJA JOURNAL**

João de Sousa – *UAL DCC*

Baseados nos conceitos de construção social da realidade e de agenda-setting, pretendemos perceber como a revista brasileira Veja construiu uma determinada realidade social no primeiro trimestre de 2021. O nosso objetivo é perceber essa realidade e aferir se ela é marcada por uma politização da sociedade e por uma polarização política. Para tal, selecionámos um corpus com 12 capas desta revista e recorreremos à análise de conteúdo e à análise crítica do discurso.

Based on the concepts of social construction of reality and agenda setting, we intend to understand how the Brazilian magazine Veja built a certain social reality in the first quarter of 2021. Our objective is to understand this reality and assess whether it is marked by a politicization of society and by a political polarization. For that, we selected a corpus with 12 covers of this magazine and we will resort to content analysis and critical discourse analysis.



**JORNAL O NEGRO: UM ESTUDO DO ÓGÃO DE COMUNICAÇÃO
DOS ESTUDANTES AFRICANOS EM LISBOA**
**JOURNAL O NEGRO: A STUDY BY A COMMUNICATION
ORGAN OF AFRICAN STUDENTS IN LISBON**

Jorge Almeida – UAL DCC

O jornal *O Negro* publicou-se em 1911 em Lisboa, por iniciativa de um grupo de estudantes negros. Surge como singularidade no panorama editorial lisboeta, sendo o único jornal publicado por negros e dirigido à comunidade negra portuguesa e às comunidades negras dos territórios ocupados por Portugal em África. O nosso trabalho, seguindo uma estratégia metodológica assente no estudo de caso apoiada em técnicas qualitativas e usando um quadro de referência dialético, identifica as características específicas de *O Negro* à luz dos modelos de Siebert/Peterson/Schramm e de Hallin/Mancini, e procura explicá-las.

The newspaper *O Negro* was published in 1911 in Lisbon, on the initiative of a group of black students. It appears as a singularity in the Lisbon editorial panorama, being the only newspaper published by blacks and directed to the Portuguese black community and to the black communities of the territories occupied by Portugal in Africa. Our work, following a methodological strategy based on the case study supported by qualitative techniques and using a dialectical frame of reference, identifies the specific characteristics of *O Negro* in light of the models of Siebert/Peterson/Schramm and Hallin/Mancini, and searches for explain them.



REDES SOCIAIS ONLINE, EXPOSIÇÃO E CYBERBULLYING: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS DE CABO VERDE

ONLINE SOCIAL NETWORKS, EXPOSURE AND CYBERBULLYING: A STUDY WITH UNIVERSITY STUDENTS FROM CAPE VERDE

João Carlos de Sousa – UAL DCC
Paula Lopes – UAL DCC

Não sendo fenómeno recente, o bullying adquiriu novos contornos com o aparecimento e a multiplicação de media sociais, em particular redes sociais online, sua massificada utilização, popularidade e (não raras vezes) uso acrítico, especialmente pelos mais jovens. Estas plataformas de produção e distribuição de conteúdos alimentam-se da exposição dos seus utilizadores, dos dados que estes lhes oferecem, da pegada digital que aí imprimem – e que as empresas tecnológicas comercializam. É, portanto, lícito assumir que quanto maior exposição nas redes sociais online, maior a possibilidade de riscos e danos, como o cyberbullying. Nesta comunicação, pretendemos contribuir para colmatar uma lacuna: revelar as práticas, riscos e danos digitais de jovens universitários de Cabo Verde. A partir da aplicação de um inquérito por questionário a mais de duas centenas de universitários procurou-se perceber como é feita a gestão das redes sociais online e como esta impacta no contacto com situações de cyberbullying entre os inquiridos e os seus contactos mais próximos.

Not being a recent phenomenon, bullying has acquired new contours with the emergence and multiplication of social media, in particular online social networks, its massive use, popularity and (not infrequently) uncritical use, especially by younger people. These content production and distribution platforms feed on the exposure of their users, the data they offer them, the digital footprint they print there – and that technology companies sell. It is, therefore, fair to assume that the greater exposure on online social networks, the greater the possibility of risks and harm, such as cyberbullying. In this communication, we intend to contribute to filling a gap: revealing the practices, risks and digital damages of young university students in Cape Verde. From the application of a questionnaire survey to more than two hundred university students, we sought to understand how online social networks are managed and how this impacts the contact with cyberbullying situations between respondents and their closest contacts.



**PRÁTICAS MEDIÁTICAS, RISCOS E DANOS. REFLEXÕES
SOBRE AS RELAÇÕES EM REDE DE JOVENS ESTUDANTES
CABO-VERDIANOS, ANGOLANOS E MOÇAMBICANOS
MEDIA PRACTICES, RISKS AND DAMAGES. REFLECTIONS
ON THE NETWORKING OF YOUNG CAPE VERDEAN,
ANGOLAN AND MOZAMBICAN STUDENTS**

Paula Lopes – UAL DCC
Jaime Lourenço – UAL DCC

O NIP-C@M (Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas – Universidade Autónoma de Lisboa) tem vindo a desenvolver projetos no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Duas das principais linhas de investigação que o definem (“Estudo de práticas e competências mediáticas digitais no uso juvenil das Tecnologias de Informação e Comunicação” e “Estudo de oportunidades, riscos e danos associados a esse uso”) constituem-se como áreas estruturantes da investigação em Ciências Sociais numa lógica comparativa. Nesta comunicação, apresentamos um estudo de carácter exploratório acerca das práticas mediáticas digitais (e consequentes riscos e danos) de jovens estudantes cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos. A recolha de informação teve por base um inquérito por questionário (metodologia quantitativa-extensiva), com o objetivo de tipificar usos e perceber os contornos de uma cultura juvenil marcadamente digital.

The NIP-C@M (Research Nucleus in Media Practices and Skills – Universidade Autónoma de Lisboa) has been developing projects in the context of the Community of Portuguese-speaking Countries. Two of the main lines of investigation that define it (“Study of digital media practices and skills in the youth use of Information and Communication Technologies” and “Study of opportunities, risks and damages associated with this use”) constitute structuring areas of the research in Social Sciences in a comparative logic. In this communication, we present an exploratory study on digital media practices (and consequent risks and damages) of young Cape Verdean, Angolan and Mozambican students. The collection of information was based on a questionnaire survey (quantitative-extensive methodology), with the aim of typifying uses and understanding the contours of a markedly digital youth culture.



PAINEL **PANEL 5** (em inglês in English)

MULTIPOLARIDADE, MULTILATERALISMO E ANTI-MULTILATERALISMO

MULTIPOLARITY, MULTILATERALISM AND ANTI-MULTILATERALISM

Preside Chairman **José Palmeira** – *Universidade do Minho*

Comunicações Communications

Multilateralismo no campo da segurança: o papel global do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Multilateralism in the field of security: the global role of the United Nations High Commissioner for Refugees

Joana Vidal Lopes – *UAL*

Governança Global, Multilateralismo e a Região

Global Governance, Multilateralism and the Region

Christian Ploberger – *CBIS-Valaya Alongkorn Rajabhat University, Bangkok*

Traçar um Novo Rumo para o Sistema das Nações Unidas e Estabelecer uma Verdadeira ‘Sociedade de Estados’

Charting a New Course for the United Nations System & Forging a True ‘Society of States’

Mark Meirowitz – *SUNY Maritime College, New York*

Destituição do multilateralismo através da incorporação do masculinismo político: discursos dos media sobre Trump

Dismissing multilateralism through embodying political masculinism: media discourses on Trump

Sofia José Santos e and Alexandre de Sousa Carvalho – *CES-Universidade de Coimbra*



MULTILATERALISMO NO CAMPO DA SEGURANÇA: O PAPEL GLOBAL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS MULTILATERALISM IN THE FIELD OF SECURITY: THE GLOBAL ROLE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES

Joana Vidal Lopes – UAL

Palavras-chave: Nações Unidas; Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; multilateralismo; segurança humana; migração forçada; refugiados

Keywords: United Nations; United Nations High Commissioner for Refugees; multilateralism; human security; forcibly displaced people; refugees

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e os seus serviços formam uma instituição multilateral intergovernamental, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) como seu órgão subsidiário, através da resolução 319 A (IV) de 3 de dezembro de 1949.

Fundado a 14 de dezembro de 1950 e com sede em Genebra, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados é a agência especializada das Nações Unidas (ONU) para refugiados. Inicialmente concebida com um mandato de três anos para atender às necessidades dos europeus deslocados pela Segunda Guerra Mundial, tornou-se uma organização global destinada a ajudar e salvaguardar os direitos humanos e o bem-estar das pessoas deslocadas à força, nomeadamente refugiados, apátridas, repatriados, pessoas deslocadas internamente e pessoas que requerem asilo, com mandato sem limitação temporal. A sua autoridade legal é reconhecida pelo direito internacional, com base na entrada em vigor dos instrumentos de proteção dos refugiados, nomeadamente a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e o Protocolo de 1967 relativo, também, ao Estatuto dos Refugiados.

Na década de 1950, o problema dos refugiados afetava principalmente o continente europeu, mas gradualmente ampliou a sua escala, tornando-se global ao longo das décadas seguintes. Apesar das limitações de mobilidade relacionadas à pandemia COVID-19, 2020 viu um aumento nos deslocamentos globais. No final de 2020, estimava-se que 82,4 milhões de pessoas em todo o mundo haviam sido deslocadas à força, mais do que o dobro em relação ao ano de 1990, de acordo com o relatório Tendências Globais 2020 do ACNUR. Mais da metade dos deslocamentos forçados – 48 milhões – correspondeu a deslocados internos, sendo o segundo maior grupo o de refugiados – 26,4 milhões – seguido por 4,1 milhões de pessoas que requerem asilo e 3,9 milhões de venezuelanos deslocados para o exterior. Além disso, o ACNUR estima que existam muitos milhões de apátridas em todo o mundo, cujo número exato é desconhecido, dos quais aproximadamente um terço são crianças.

A rápida sucessão de crises e emergências humanitárias no mundo, associada à gravidade de seus efeitos sobre o deslocamento e migração transfronteiriços, têm servido para destacar a importância do trabalho realizado pelo ACNUR. Duas vezes reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz pelos seus esforços para “curar as feridas da guerra, fornecendo ajuda e proteção aos refugiados em todo o mundo”, em 1954, e por “promover os direitos fundamentais dos refugiados”, em 1981, a relevância, o impacto e a visibilidade do ACNUR são agora maiores do que nunca.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: MULTILATERALISMO NO CAMPO DA SEGURANÇA: O PAPEL GLOBAL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS
CONTINUATION: MULTILATERALISM IN THE FIELD OF SECURITY: THE GLOBAL ROLE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES
Joana Vidal Lopes – UAL

Para melhor compreender a atuação do ACNUR, é importante mencionar o conceito de segurança humana, introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994. Com uma abordagem emergente da segurança nacional e internacional, a segurança humana procura desafiar a visão tradicional sobre a segurança alcançada por meios militares e mudar o foco da segurança dos Estados para a segurança das pessoas e comunidades. Esta estrutura abrange várias dimensões, tais como, liberdade do medo, liberdade da necessidade e liberdade para viver com dignidade.

A ONU define a segurança humana como “centrada nas pessoas, abrangente, específica de cada contexto e orientada para a prevenção”, no sentido de que pode ajudar os Estados-Membros a “identificar e enfrentar os desafios generalizados e transversais à sobrevivência, subsistência e dignidade dos seus povos” (resolução 66/290 da AGNU).

O objetivo deste artigo é avaliar o papel do ACNUR como organização multilateral que atua na área de segurança e avaliar a sua capacidade para regular a governança global de questões relacionadas com os deslocamentos globais e com as migrações, e tendo como foco a segurança humana.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, é feita uma revisão do papel do ACNUR, desde a sua criação até o presente; em segundo lugar, são delineados os principais desafios colocados pelo deslocamento forçado, do ponto de vista de diferentes partes interessadas – formuladores de políticas internacionais e nacionais, comunidades de origem e de acolhimento e pessoas deslocadas à força; em terceiro lugar, avaliam-se as estratégias multilaterais propostas pelo ACNUR para monitorizar e abordar as causas profundas do deslocamento forçado e para garantir a segurança dos refugiados. Finalmente, é apresentado um resumo das conclusões do artigo e as considerações finais.

Três hipóteses são consideradas neste artigo: a governança multilateral é necessária para enfrentar os desafios globais do deslocamento forçado; o trabalho do ACNUR com refugiados, repatriados, apátridas, deslocados internos e requerentes de asilo levou à sua afirmação como um ator multilateral fundamental no campo da segurança; a abordagem da segurança humana é relevante na avaliação da missão do ACNUR.

The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and his Office form a multilateral, intergovernmental institution, established by the United Nations’ General Assembly (UNGA) as its subsidiary organ through resolution 319 A (IV) of 3 December 1949.

Founded on 14 December 1950 and headquartered in Geneva, the United Nations High Commissioner for Refugees is the United Nations (UN) specialized agency for refugees. Initially conceived with a three-year mandate to tend to the needs of Europeans displaced by the Second World War, it became a global organization aimed at aiding and safeguarding the human rights and well-being of forcibly displaced people, namely refugees, returnees, stateless people, the internally displaced and asylum-seekers, having a mandate without temporal limitation. Its legal authority is recognized by international law, on the basis of the entry into force of instruments for the protection of refugees, notably the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: MULTILATERALISMO NO CAMPO DA SEGURANÇA: O PAPEL GLOBAL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS
CONTINUATION: MULTILATERALISM IN THE FIELD OF SECURITY: THE GLOBAL ROLE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES
Joana Vidal Lopes – UAL

In the 1950s, the refugee problem concerned mainly the European continent, but gradually progressed in scale, becoming global over the course of the following decades. Despite the COVID-19 pandemic-related limitations on mobility, 2020 saw an increase in global displacement. At the end of 2020, 82,4 million people worldwide were estimated to be forcibly displaced, more than the double from year 1990, according to the UNHCR Global Trends 2020 report. More than half of the forced displacements – 48 million – corresponded to internally displaced people, the second largest group being comprised of refugees – 26,4 million – followed by 4,1 million asylum-seekers and 3,9 million Venezuelans displaced abroad. In addition, the UNHCR estimates that there are many million of stateless people globally, the exact number of which is unknown, of which approximately one third are children.

The quick succession of humanitarian crises and emergencies in the world, coupled with the severity of their effects on cross-border displacement and migration, have served to highlight the importance of the work carried out by the UNHCR. Twice recognized with the Nobel Peace Prize Award for its efforts to “heal the wounds of war by providing help and protection to refugees all over the world”, in 1954, and to “promote the fundamental rights of refugees”, in 1981, the UNHCR’s relevance, impact and visibility is greater now than ever before.

To better understand the actions of the UNHCR, it is important to mention the concept of human security, introduced by the United Nations Development Programme in its 1994 Human Development Report. An emergent approach to national and international security, human security seeks to challenge the traditional view on security achieved through military means and to shift the focus from the security of states to the security of people and communities. This framework encompasses several dimensions: freedom from fear, freedom from want and freedom to live in dignity.

The UN defines human security as “people-centric, comprehensive, context-specific and prevention-oriented”, in the sense that it can assist Member States in “identifying and addressing widespread and cross-cutting challenges to the survival, livelihood and dignity of their people” (UNGA resolution 66/290).

The objective of this paper is to assess the role of the UNHCR as a multilateral organization operating in the field of security, and to evaluate its capacity to regulate the global governance of matters related to global displacement and migration, considering the human security approach. This paper is structured as follows: firstly, a review is conducted of the role of the UNHCR, from its creation to the present; secondly, the main challenges posed by forced displacement, from the standpoint of different stakeholders – international and national policymakers, departure and host communities and forcibly displaced people – are outlined; thirdly, multilateral strategies put forth by the UNHCR to monitor and address the root causes of forced displacement and to ensure the security of refugees are assessed. Finally, a summary of the paper findings and the closing remarks are presented.

Three hypotheses are considered in this paper: multilateral governance is necessary to address the global challenges from forced displacement; the UNHCR’s work with refugees, returnees, stateless people, the internally displaced and asylum-seekers has led to its affirmation as a key multilateral actor in the field of security; the human security approach is relevant in the evaluation of the UNHCR’s mission.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: MULTILATERALISMO NO CAMPO DA SEGURANÇA: O PAPEL GLOBAL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS
CONTINUATION: MULTILATERALISM IN THE FIELD OF SECURITY: THE GLOBAL ROLE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES
Joana Vidal Lopes – UAL

Autor – Economista e Investigadora. É Doutorada em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia pela Universidade Autónoma de Lisboa. Autora da Tese “Geopolítica e Migrações Internacionais no Mediterrâneo no Século XXI - A Crise do Mediterrâneo”. Mestrado em Estudos Económicos Europeus pelo College of Europe in Bruges. Mestrado em Administração e Finanças pela University of Exeter. Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Author – Economist and Researcher. PhD in International Relations: Geopolitics and Geoeconomics from Universidade Autónoma de Lisboa. Author of the PhD Thesis: “Geopolítica e Migrações Internacionais no Mediterrâneo no Século XXI – A Crise do Mediterrâneo”. Master of Arts in European Economic Studies from the College of Europe in Bruges. Master of Science in Finance and Management from the University of Exeter. Graduate in Economics from Universidade Católica Portuguesa.

GOVERNAÇÃO GLOBAL, MULTILATERALISMO E A REGIÃO GLOBAL GOVERNANCE, MULTILATERALISM AND THE REGION

Christian Ploberger – *CBIS-Valaya Alongkorn Rajabhat University, Bangkok*

Palavras-chave: Governança Global; multilateralismo; região; alterações climáticas; atores não-estatais

Keywords: Global Governance; multilateralism; region; climate change; non-state actors

A governança global concentra-se no confronto dos desafios a nível global. Como as alterações climáticas, as pandemias, a perspectiva de estados falhados ou a crise financeira e económica. Assim, tenta resolver, desafios específicos com implicações transfronteiriças e que não podem ser abordados ou resolvidos por cada país agindo por iniciativa própria. Nesse sentido, o multilateralismo assume um significado específico, uma vez que para abordar desafios específicos os países têm de se unir para encontrar uma solução para os mesmos uma solução para os mesmos. Embora exista uma infinidade de atores estatais e não-estatais, os Estados ainda ocupam um papel central na governança global, são eles que podem subscrever com tratados vinculativos internacionais. De facto, as negociações multilaterais são a essência da governança global. Contudo, quando consideramos ambos, o nível global e estatal, pode-se argumentar que outro nível de foco, o regional, está em falta. No entanto, quando nos focamos no nível regional mediante o discurso multilateral de governança global, temos que reconhecer a variedade de processos de cooperação regional. Um aspeto dessa variedade está relacionado com a coerência interna, com a capacidade de formular e implementar estratégias políticas específicas. Outra com a extensão do envolvimento do governo central, uma vez que dentro de um ambiente regional também podemos identificar processos de integração sub-regional, caracterizados como processos de baixo para cima, com origem a nível local, podemos mesmo incluir áreas de países diferentes. Embora, em comparação com o Estado, os processos de cooperação sub-regionais disponham de poderes regionais limitados, quando se trata de formular tratados vinculativos internacionais, eles podem gerar pressão político-económica suficiente sobre os respetivos governos centrais de modo a apoiar as suas propostas com tratados formais (por exemplo, para facilitar o comércio transfronteiriço, para ajustar regulamentos personalizados, etc.). Neste aspeto, embora o sub-regionalismo não se concentre diretamente no multilateralismo, na cooperação interestatal, pode ainda assim gerar um impacto sobre o multilateralismo, mesmo que apenas indireto. Independente desse aspeto da mobilização direta ou indireta do poder estatal por meio de processos de cooperação regional, o nível regional oferece outro foco para a governança global e, portanto, o multilateralismo em geral. Porque é a nível regional que muitos impactos das questões globais geram um impacto direto, com as alterações climáticas a representarem um exemplo particular. Evento climáticos extremos, ondas de calor, inundações, aumento do nível médio do mar geram um impacto local e regional específico, ainda que sejam fenómenos globais. É esse impacto local e regional que, por sua vez, gera pressão político-económica ao nível local e regional que, então, é canalizado para o nível do governo central e pode influenciar as negociações multilaterais. Porém, o impacto regional pode não apenas ser sentido com base em impactos devastadores, mas também por meio de uma liderança no confronto das

questões específicas. Mais uma vez, as alterações climáticas oferecem um exemplo esclarecedor. Embora muitas vezes possamos observar longas negociações a nível multilateral, o ator a nível local e regional já lança estratégias de mitigação relacionadas com as mudanças climáticas. Com certeza, o impacto gerado é mais limitado, mas como atores em diferentes ambientes locais e regionais também respondem a impactos específicos em suas áreas, tais respostas locais e regionais para enfrentar a dinâmica das mudanças climáticas geram eventualmente geram um forte impacto.

Urban Shift (estratégia de apoio às cidades na sua resposta às alterações climáticas), cidades C40 (rede de megacidades para enfrentar os impactos das alterações climáticas), ICLEI (governos locais para sustentabilidade, rede global) entre muitas outras, fornecem alguns bons exemplos de atividades locais e regionais para fornecer uma resposta oportuna à dinâmica relacionada com as alterações climáticas. O principal argumento é que, enquanto, no nível estatal e multilateral, as “conversações e negociações são contínuas”, as estratégias específicas para combater o impacto das alterações climáticas já serão implementadas pelos atores locais e regionais. Essas diferentes estratégias, seja para encontrar uma solução suscetível de acordo a nível multilateral através de longas negociações ou para implementar estratégias imediatas de mitigação imediatamente, são às vezes é referida também na academia como o debate multilateral versus transnacional. Mais uma vez, uma indicação do potencial da região para influenciar os processos multilaterais. Com certeza, isso não exclui que respostas locais independentes e menos coordenadas aos impactos locais específicos das alterações climáticas não possam gerar um mosaico de diferentes respostas que se mostrem mais difíceis de ser consistente no quadro de negociações multilaterais conduzidas pelos Estados.

Global governance focuses to address challenges at the global level. Like climate change, pandemics, the prospect of failing states or of financial and economic crisis. Hence it tries to address, trying to solve, specific challenges with trans-border implications which cannot be addressed or resolved by individual countries acting on their own initiative. In this regard multilateralism takes on a specific meaning since addressing specific challenges countries has to come together to address and to find a solution for a specific issue. While there exists a plethora of state and non-state actors, states are still occupying a central role in global governance since they can agree on international binding treaties. Indeed, multilateral negotiations are the very essence of global governance. However, when we consider both, the global and state level, one can argue that another level focus, the regional, is missing. Yet, when focusing on the regional level within the global governance-multilateral discourse, we have to recognise the variety of regional cooperation processes. One aspect of this variety is related to internal coherence, the ability to formulate and implement specific policy strategies. Another to the extent of central government involvement, since within a regional setting we can also identify sub-regional integration processes, characterised as bottom-up processes, origination at the local level, but they can still include areas of different countries. While sub-regional cooperation processes have limited formal powers, compared to the state, when it comes to formulate international binding treaties, they may generate enough political-economic pressure on their individual central governments to support their proposals with formal treaties (for example to ease cross-border trade, to adjust custom regulations etc.). In this respect,



CONTINUAÇÃO: GOVERNAÇÃO GLOBAL, MULTILATERALISMO E A REGIÃO
CONTINUATION: GLOBAL GOVERNANCE, MULTILATERALISM AND THE REGION
Christian Ploberger – *CBIS-Valaya Alongkorn Rajabhat University, Bangkok*

while sub-regionalism not directly focus on multilateralism, the state-to-state cooperation, it still can generate an impact on multilateralism, even only indirect. Independent of this of this aspect of direct or indirect state power mobilisation through regional cooperation processes, the region does offer another focus for global governance and thus multilateralism in general. Because it is at the regional and sub-regional level where many impacts of global issues are generating a direct impact, with climate change representing a particular example. Extreme weather event, heat-waves, floods, sea-level rise all generate a specific local and regional impact, albeit being global phenomes. It is this local and regional impact which in turn generates political-economic pressure on the local and regional level which is then channelled up to the central government level and may influence multilateral negotiations. However, the regional impact may not only be felt based on devastating impacts, but also through taking a lead in addressing particular issues. Once again, climate change offers an insightful example. While we can often observer lengthy negotiations at the multilateral level, actor at the local and regional level already launching climate change related mitigation strategies. Fors sure, the impact generated is more limited, but as actors in different local and regional setting also responding to specific impacts within their areas such local and regional responses to address the climate change dynamic does eventual generate a strong impact. Urban Shift (strategy to support cities in their response to climate change), C40 cities (network of megacities to address climate change impacts), ICLEI (local governments for sustainability, global network) among many others provide some good examples of local and regional activities in providing a timely response to the climate change related dynamic. The major argument is that while at the state and multilateral level the 'talks and negotiations continuous', specific strategies to address the climate change impact will be already implemented through local and regional actors. These different strategies, either to find an agreeable solution at the multilateral level through lengthy negotiations or to implement mitigation strategies right away, is sometimes refereed too in academia as the multilateral versus transnational debate. Again, indication the potential of the region to impact on multilateral processes. For sure, this does not ignore that independent, lesser coordinated local responses to the local specific climate change impacts will generate a mosaic of different responses which may be harder to bring into consistence within multilateral, state focused, negotiations.

Autor – Doutoramento em Ciência Política, Mestrado em Estudos de Segurança. Leciona: Estudos da Segurança; RI do Este Asiático; Governança Global; Segurança Humana; Regionalismo Comparativo.

Author – PhD Political Science / MA Security Studies; Modules I taught: Security Studies; IR of East Asia ;Global Governance; Human Security; Comparative Regionalism.



TRAÇAR UM NOVO RUMO PARA O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTABELECEER UMA VERDADEIRA 'SOCIEDADE DE ESTADOS' CHARTING A NEW COURSE FOR THE UNITED NATIONS SYSTEM & FORGING A TRUE 'SOCIETY OF STATES'

Mark Meirowitz – *SUNY Maritime College, New York*

Palavras-chave: Nações Unidas; Sociedade de Estados; Reforma

Keywords: United Nations; Society of States; Reform

O Sistema das Nações Unidas é constituído pela ONU e pelos seus programas afiliados e agências especializadas. Discutirei a necessário redefinição das Nações Unidas em termos de como reestruturar o sistema das Nações Unidas e implementar uma verdadeira reforma. A questão é saber se a reforma das Nações Unidas é uma impossibilidade? Argumentarei que o sistema das Nações Unidas, tal como está atualmente a funcionar, é disfuncional e degenerou numa organização sujeita aos caprichos políticos dos membros permanentes, em particular da Rússia e da China. Com o advento da pandemia, mesmo um aspeto redentor da ONU – sendo um lugar onde os líderes mundiais podem comunicar e conduzir a diplomacia – tem sido severamente diminuído (testemunhem o grande número de líderes mundiais que não compareceram à sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2021). O Conselho de Segurança precisa de reformas – como disse o dirigente de um dos Estados-Membros da ONU – a questão é se “o mundo tem mais de cinco” – ou seja, o processo de veto continua a ser adequado à luz do estado atual e da realidade das relações internacionais? Com efeito, o veto levou a que o sistema das Nações Unidas fosse impedido de tomar medidas, mesmo quando elas são urgentemente necessárias medidas – e muitas vezes isso é devido aos objetivos políticos de cada Estado (em particular dos membros permanentes). A questão que se coloca é a de saber se o Conselho de Segurança deve ser reestruturado e alargado, a título de permitir a participação de outros Estados-Membros das Nações Unidas e a redução de reduzir a influência de membros permanentes. O mundo de hoje é muito diferente do mundo pós-Segunda Guerra Mundial que levou à Carta das Nações Unidas e à estrutura das Nações Unidas. É necessário um teste à realidade realidade. O atual estado das relações internacionais exige uma nova abordagem. A Assembleia Geral é organizada com base no princípio “um Estado, um voto” que promove a anomalia de pequenos Estados insulares que têm o mesmo voto que as grandes potências mundiais. Embora esta ideia seja apelativa em termos de igualdade de Estados, como uma questão prática esta regra torna a Assembleia Geral ineficaz. O objetivo da ONU era implementar um sistema de segurança coletiva – mas isso não foi realizado por causa da estrutura do Sistema das Nações Unidas, especialmente do veto dos Membros Permanentes. A segurança coletiva eficaz é essencial para a paz mundial, pelo que é necessário criar novas abordagens que permitam à comunidade internacional reagir a atos de agressão, mesmo que um membro permanente não esteja de acordo. O Secretariado também precisa de reformas para determinar qual deve ser a função do Secretário-Geral. Se é verdade, como disse o secretário-geral da ONU, Guterres, no seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2021, que “o nosso Mundo nunca esteve tão ameaçado ou mais dividido”, é então preciso tomar medidas urgentes, incluindo a correção das falhas

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: TRAÇAR UM NOVO RUMO PARA O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS
E ESTABELECEER UMA VERDADEIRA 'SOCIEDADE DE ESTADOS'

CONTINUATION: CHARTING A NEW COURSE FOR THE UNITED NATIONS SYSTEM
& FORGING A TRUE 'SOCIETY OF STATES'

Mark Meiorwitz – *SUNY Maritime College, New York*

no sistema da ONU com soluções eficazes e concretas. As agências filiadas nas Nações Unidas têm de ser despolitizadas. Discutirei como algumas das agências e programas filiados da ONU foram cooptados pelos Membros Permanentes. Por exemplo, o desempenho da Organização Mundial de Saúde em relação ao COVID foi, em grande parte, ineficaz, porque a liderança da OMS estava relutante em criticar um membro permanente. Precisamos de encontrar uma forma de a comunidade internacional se unir numa “sociedade de Estados”. Tal como previsto por Hedley Bull em “The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics”, “[a] sociedade de Estados (ou sociedade internacional) existe quando um grupo de Estados, conscientes de certos interesses comuns e valores comuns, formam uma sociedade no sentido de que se concebem como estando vinculados por um conjunto comum de regras nas suas relações uns com os outros, por partilharem o trabalho das instituições comuns”. O Sistema das Nações Unidas, tal como atualmente organizado, está muito longe de formar uma “sociedade de Estados”. No entanto, tentar criar uma tal “sociedade de Estados” com os Estados formando uma sociedade em que se consideram vinculados por um conjunto comum de regras, nomeadamente o Estado de direito, é um objetivo de trabalho muito desejável. O sistema das Nações Unidas deve também ser reformado para poder lidar com as violações dos direitos humanos pelos Estados-Membros. Os Estados-Membros devem ser chamados a agir perante violações dos direitos humanos e não devem poder esconder-se por detrás do princípio da soberania. O Tribunal Internacional de Justiça exige também reformas, nomeadamente para alargar a competência do Tribunal para além da sua atual jurisdição limitada, por forma a que o TIJ possa ser um verdadeiro “tribunal mundial” promovendo o Estado de direito numa base internacional. A reforma da ONU é uma impossibilidade? Pode assim parecer para realistas e pragmáticos, mas num mundo em tumulto, é necessário empreender esforços para restabelecer as Nações Unidas, de modo que possa alcançar a sua missão de cumprir “manter, entre outros propósitos, a paz e a segurança internacionais” e desenvolver “relações amistosas entre as nações”.

The United Nations System consists of the UN and its affiliated programs and specialized agencies. I will discuss the necessary reset for the UN in terms of how to restructure the UN System and implement true reform. The question is whether UN reform is an impossibility? I will argue that the UN System as it is now operating is dysfunctional and has degenerated into an organization subject to the political vagaries of the Permanent Members, in particular, Russia and China. With the advent of the pandemic, even a redeeming aspect of the UN – being a place where world leaders can communicate and conduct diplomacy – has been severely diminished (witness the large number of world leaders who did not attend the UN General Assembly session in September 2021). The Security Council needs reform – as one UN member State leader has said – the question is whether “the world is greater than five” – namely, is the veto process still appropriate given current state and reality of international relations? Indeed, the veto has led to the UN System’s being blocked from taking action even when action is urgently required – and often because of individual States’ (in particular Permanent

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: TRAÇAR UM NOVO RUMO PARA O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTABELECEER UMA VERDADEIRA 'SOCIEDADE DE ESTADOS'

CONTINUATION: CHARTING A NEW COURSE FOR THE UNITED NATIONS SYSTEM & FORGING A TRUE 'SOCIETY OF STATES'

Mark Meiorwitz – *SUNY Maritime College, New York*

Members”) political objectives. The question is whether the Security Council should be re-structured and expanded to allow additional UN Member States to participate, and to reduce the influence of the Permanent Members. The world today is vastly different from the post-World War II world which led to the UN Charter and the structure of the UN. A reality check is required. The current state of international relations requires a new approach. The General Assembly is organized based on the principle of “One State One Vote” which promotes the anomaly of tiny island States having the same vote as major world powers. While this idea is appealing in terms of equality of States, as a practical matter, this structure renders the General Assembly ineffective. The purpose of the UN was to implement a system of Collective Security – yet this has not been realized because of the UN System structure, especially the Permanent Member veto. Effective Collective Security is essential to world peace, so new approaches need to be devised to allow the international community to react to acts of aggression even if a Permanent Member is not in accord. The Secretariat also needs reform to determine what the function of the Secretary General should be. If it is true, as UN Secretary General Guterres said in his speech to the UN General Assembly in September, 2021, that “our world has never been more threatened or more divided,” than urgent action needs to be taken, including fixing the flaws in the UN system with effective and concrete measures. The UN-affiliated agencies need to be depoliticized. I will discuss how some of the UN affiliated agencies and programs have become co-opted by Permanent Members. For example, the performance of the World Health Organization regarding COVID was ineffective in large part because WHO leadership was reluctant to criticize a Permanent Member. We need devise a way for the international community to join together in a “society of States”. As envisioned by Hedley Bull in “The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics”, “[a] society of states (or international society) exists when a group of States, conscious of certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions”. The UN System as currently organized is very far from forming a “society of States”. However, striving to create such a “society of States” with States form a society where they consider themselves bound by a common set of rules, namely the rule of law, is a very desirable objective to work towards. The UN System must also be reformed to be enabled to deal with human rights violations in Member States. Member States should be called to task regarding violations of human rights and should not be able to hide behind the principle of sovereignty. The International Court of Justice also requires reform especially to expand the jurisdiction of the Court beyond its current limited jurisdiction so the ICJ can be a true “world court” promoting the rule of law on an international basis. Is UN reform an impossibility? It might seem so to realists and pragmatists, but in a world in turmoil, efforts need to be undertaken to provide a reset for the United Nations so that it can achieve its original mission of “maintaining, among other purposes, “international peace and security” and developing “friendly relations among nations “



DESTITUIÇÃO DO MULTILATERALISMO ATRAVÉS DA INCORPORAÇÃO DO MASCULINISMO POLÍTICO: DISCURSOS DOS MEDIA SOBRE TRUMP

DISMISSING MULTILATERALISM THROUGH EMBODYING POLITICAL MASCULINISM: MEDIA DISCOURSES ON TRUMP

* **Sofia José Santos** – *CES-Universidade de Coimbra*

** **Alexandre de Sousa Carvalho** – *CES-Universidade de Coimbra*

Palavras-chave: Multilateralismo; Media; Trump

Keywords: Multilateralism; Media; Trump

O multilateralismo é hoje a principal forma de lidar com questões complexas no atual sistema internacional. Apesar da sua proeminência, o multilateralismo enfrentou desafios significativos, principalmente por líderes políticos populistas influentes que têm diagnosticado cada vez mais desacreditados os diagnósticos de fóruns multilaterais e agendas políticas exclusivamente validadas focadas nos interesses nacionais individuais. Isto foi apresentado através de uma estratégia discursiva (e agenda) baseada numa compreensão de género das relações internacionais que privilegia uma conceção hegemónica e tóxica da masculinidade. À medida que os meios de comunicação desempenham um papel crucial no envio de sinais, na definição de tons e na definição de agendas, este artigo pretende explorar criticamente as representações mediáticas dos discursos de Trump sobre o multilateralismo através de análises temáticas semióticas e críticas nos sites fox news e CNN ao longo dos cinco anos em que Donald Trump esteve no cargo.

Multilateralism is today the main form of dealing with complex issues in the current international system. Despite its prominence, multilateralism has faced significant challenges, mainly by influential populist political leaders who have increasingly discredited diagnoses of multilateral forums and exclusively validated political agendas focused on individual national interests. This was put forward through a discursive strategy (and agenda) based upon a gendered understanding of international relations that privileges a hegemonic and toxic conception of masculinity. As the media perform a crucial role in sending signals, setting tones and defining agendas, this paper intends to critically explore media representations of Trump's discourses on multilateralism through semiotic and critical thematic analysis on Fox News and CNN websites throughout the five years Donald Trump was in office.



PAINEL **PANEL 6** (em português in Portuguese)

DIMENSÕES DA GOVERNAÇÃO **DIMENSIONS OF GOVERNANCE**

Preside Chairman **Marcos Faria Ferreira** – *ISCSP*

Comunicações Communications

O multilateralismo improvável – as causas, os desafios e os limites do multilateralismo fiscal
Improbable Multilateralism – The Causes, Challenges and Limits of Fiscal Multilateralism

Carla Valério e and Mariana Passos Beraldo – *Nova School of Law-UNL*

Globalizadores: uma teoria sobre o poder dos países sobre a globalização
Globalizers: a theory on the power of countries over globalization

Diego Magalhães – *OBSERVARE-UAL e and Universidade Federal de Goiás, Goiânia*

O papel do Multilateralismo na luta contra a corrupção
The Role of Multilateralism in Fight against Corruption

Sandra Ribeiro e and Amélia Pita-Gróz – *UAL*

Sistema Económico offshore, globalização e COVID-19
Offshore Economic System, globalization and COVID-19

René Tapia – *OBSERVARE*

Internacionais partidárias hoje: governança internacional semi-invisível
Political internationals today: semi-invisible international governance

Jorge Fonseca de Almeida – *UAL*



O MULTILATERALISMO IMPROVÁVEL – AS CAUSAS, OS DESAFIOS E OS LIMITES DO MULTILATERALISMO FISCAL IMPROBABLE MULTILATERALISM – THE CAUSES, CHALLENGES AND LIMITS OF FISCAL MULTILATERALISM

* **Carla Valério** – *Nova School of Law-UNL*

** **Mariana Passos Beraldo** – *Nova School of Law-UNL*

Palavras-chave: Cooperação fiscal; Tributação Internacional; multilateralismo fiscal; Quadro Inclusivo; BEPS 2.0; Instrumento Multilateral
Keywords: Fiscal cooperation; International Taxation; fiscal multilateralism; inclusive framework; BEPS 2.0; multilateral instrument

A globalização, a digitalização e a competição fiscal internacional provocaram a proliferação de paraísos fiscais e regimes fiscais preferenciais, e facilitaram a evasão fiscal e práticas fiscais abusivas. A consequente erosão das bases de tributação e o enfraquecimento da soberania fiscal evidenciou necessidade da tomada de medidas para combater e reverter tal cenário. Contudo, o compreensível zelo dos próprios Estados em relação à sua soberania fiscal afastava, até recentemente, o multilateralismo fiscal do cardápio de opções de cooperação até muito recentemente. Embora atualmente ainda prevaleça o modelo de coordenação das soberanias fiscais, que tem como principal instrumento, eficaz, mas de alcance limitado, a convenção bilateral (CDT), os últimos desenvolvimentos denotam uma mudança. O Quadro Inclusivo OCDE/G20, criado em 2016 para garantir a legitimidade e a implementação das Ações do Projeto BEPS para prevenção da Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, conta atualmente com 140 países como membros. No âmbito do Quadro Inclusivo, já 97 países adotaram a Convenção Multilateral para a Aplicação de Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros (“MLI”). Por fim, no passado dia 8 de outubro, 136 países acordaram numa solução multilateral para implementação dos dois Pilares para dar resposta aos desafios decorrentes da digitalização da economia, incluindo uma nova Convenção Multilateral (“MLC”).

Neste contexto, a presente investigação tem como objetivo analisar o processo da multilateralização fiscal, identificando os desafios e os limites próprios desta disciplina, e quais os fatores de que permitiram um entendimento a nível global, onde o mesmo não era inteiramente previsível. Esta investigação deverá ainda aportar luz ao patamar de convergência que o multilateralismo fiscal representa, qualificando-o à luz do Direito Internacional.

A investigação, de natureza exploratória e descritiva e de caráter qualitativo, é instrumentalizada por meio do levantamento bibliográfico e análise documental, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. O presente estudo pode contribuir para as discussões teóricas envolvendo a harmonização dos regimes fiscais, podendo ainda na prática, contribuir para formalização de políticas públicas fiscais.

Globalization, digitization and international tax competition have led to the proliferation of tax havens and preferential tax regimes, and has facilitated tax evasion and abusive tax practices. The consequent erosion of the tax bases and the weakening of fiscal sovereignty highlighted the need to take measures to combat and reverse this scenario. However, and until recently, the understandable zeal of the States in relation to their fiscal sovereignty, until recently, sovereignty removed fiscal multilateralism from the menu of cooperation options.



CONTINUAÇÃO: O MULTILATERALISMO IMPROVÁVEL – AS CAUSAS, OS DESAFIOS E OS LIMITES DO MULTILATERALISMO FISCAL

CONTINUATION: IMPROBABLE MULTILATERALISM – THE CAUSES, CHALLENGES AND LIMITS OF FISCAL MULTILATERALISM

Carla Valério – *Nova School of Law-UNL*

Mariana Passos Beraldo – *Nova School of Law-UNL*

Although currently the model of coordination model of fiscal sovereignty still prevails, its main instrument, effective but limited in scope, is the bilateral convention (CDT), the latest developments show a change. The OECD/G20 Inclusive Framework, created in 2016 to ensure the legitimacy and implementation of the BEPS Project Actions for the Prevention of Tax Base Erosion and Profit Transfer, has currently 140 countries as members. Within the scope of the Inclusive Framework, 97 countries have already adopted the Multilateral Convention for the Application of Measures Relating to Tax Conventions Aimed at Preventing Erosion of the Tax Base and the Transfer of Profits (“MLI”). Finally, in October 8th, 136 countries agreed on a multilateral solution implementation of the two Pillars to respond to the challenges arising from the digitization of the economy, including a new Multilateral Convention (“MLC”). In this context, this research aims to analyze the process of fiscal multilateralization, identifying the challenges and limits inherent to this discipline, and which factors allowed for its understanding at a global level, where it was not entirely predictable. This investigation should also shed light on the level of convergence that fiscal multilateralism represents, qualifying it in the light of International Law.

The investigation, exploratory and descriptive in nature, and qualitative in nature, is carried out through a bibliographic survey and document analysis, using the hypothetical-deductive approach method.

The present study can contribute to theoretical discussions involving the harmonization of tax regimes, and in practice, it can also contribute to the formalization of public tax policies.

* Autora – Doutoranda em Direito e Professora Convidada na NOVA School of Law, bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., e investigadora do CEDIS e do NOVA Tax Research Lab. Graduou-se cum laude no Advanced LLM in International Tax Law pela Universidade de Amsterdão e IBFD e a sua tese foi galardoada com o IBFD European Taxation Journal Prize.

É ainda mestre em Direito das Empresas, pós-graduada em Direito Fiscal das Empresas e licenciada em Direito com especialização em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Exerceu advocacia em Portugal e em Timor-Leste, onde viveu vários anos, foi professora convidada na Universidade Nacional Timor Lorosa’e, prestou assessoria jurídica ao Governo e consultoria a diversas entidades públicas e privadas.

** Autor – Doutoranda em Direito na NOVA School of Law. Investigadora do CEDIS e pesquisadora do NETI/USP. Professora licenciada da Universidade de Araraquara – UNIARA. Mestre em Direito Internacional e Europeu (2021) pela NOVA School of Law. Contemplada pela NOVA com ‘Bolsa de Mérito (2018/2019). Especialista em Direito Tributário (2012) pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.

* Author – PhD candidate in Law and Visiting Professor at NOVA School of Law, grant holder of Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., researcher at CEDIS and at NOVA Tax Research Lab.

She graduated cum laude with a degree in Advanced LLM in International Tax Law from the University of Amsterdam and IBFD and her thesis was awarded with the IBFD European Taxation Journal Prize.

She holds a Masters degree in Business Law, a post-graduation in Business Tax Law, and a Bachelor’s degree in Law with a specialization in Legal and Economic Law from Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Practiced Law in Portugal and East Timor, where she lived for several years, was a Visiting Professor at the Universidade Nacional Timos Lorosa’e, provided advisory services to the Government and consultancy to various public and private entities.

** Author – PhD candidate in Law at NOVA School of Law. Researcher of CEDIS and NETI/USP. Professor at the Universidade de Araraquara – UNIARA. She holds a Masters in European and International Law. She was awarded with merit scholarship of NOVA (2018/19). Specialist in Taxation Law (2012) from the Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



GLOBALIZADORES: UMA TEORIA SOBRE O PODER DOS PAÍSES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

GLOBALIZERS: A THEORY ON THE POWER OF COUNTRIES OVER GLOBALIZATION

Diego Trindade d'Ávila Magalhães – *Universidade Federal de Goiás*

Globalização é um fenómeno central na Política Internacional, devido ao seu impacto direto na ordem mundial, na maioria das nações e nos aspetos da vida social. Este artigo apresenta a teoria dos globalizadores, o que nos permite identificar, avaliar, e comparar o poder dos Estados em relação à globalização. A teoria sustenta quatro ideias principais. Primeiramente, globalização é variável dependente, enquanto que ações e interações dos globalizadores são variáveis independentes. Em segundo lugar, cada vaga da globalização segue um grupo de globalizadores. Em terceiro lugar, cada dimensão da globalização tem um grupo de globalizadores. Finalmente, globalizadores comandam a globalização, definindo os seus principais traços, ritmo, intensidade, direção e impacto. O artigo recorre a uma análise compreensiva da literatura sobre a teoria da globalização, começando com o próprio conceito da globalização, que se refere a ordem mundial e governação. Inclui ainda os conceitos de fluxo e redes. Como resultado, a teoria dos globalizadores oferece um quadro de análise de diferentes dimensões da globalização, como política, económica, social, ambiental e estratégico-militar.

Globalization is a central phenomenon in international politics, given its direct impact on the global order, most nations and most aspects of social life. This paper presents the theory of globalizers, which enables us to identify, assess, and compare the power of countries over globalization. The theory holds four core ideas. Firstly, globalization is a dependent variable, whereas the actions and interactions of globalizers are independent variables. Secondly, each wave of globalization followed a group of globalizers. Thirdly, each dimension of globalization has a group of globalizers. Finally, globalizers drive globalization, defining its main features, pace, intensity, direction, and impact. The paper resorts to a comprehensive literature review on globalization theory, starting with the concept of globalization itself. It includes the discussion on organizational features of globalization, which refer to global order and governance. It also includes the conceptualization of flows and networks. As a result, the theory of globalizers offers a framework to analyze different dimensions of globalization, such as the political, the economic, the social, the cultural, the environmental and the military-strategic dimensions.

Autor – Professor (2015-) e Coordenador (2019-) tanto da Graduação em Relações Internacionais, quanto da Especialização em Diplomacia e Relações Internacionais (2016-) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência Política da UFG.

Author – Professor (2015-) and Coordinator (2019-) of both the Graduation in International Relations and the Specialization in Diplomacy and International Relations (2016-) of the Federal University of Goiás (UFG). Collaborating professor of the Post-Graduate Program (Masters) in Political Science at UFG.



O PAPEL DO MULTILATERALISMO NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO THE ROLE OF MULTILATERALISM IN FIGHT AGAINST CORRUPTION

Sandra Ribeiro – UAL
Amélia Pita-Gróz – UAL

Palavras-chave: custos económicos da corrupção; multilateralismo

Keywords: economic costs of corruption; multilateralism

Desde o início da sua conceptualização, o multilateralismo tem-se envolvido em contradições, descrevendo-o como um conceito geográfico, inclusivo – quase universal – apesar da sua aplicação ter sido moldada por temas de geopolítica e geoestratégica (Jáuregui, 2013:47). Segundo Fernandes e Simão (2012:19) apud Mercúrio (2010:2), um dos principais desafios na abordagem ao multilateralismo reside na variedade das suas definições e na primazia das perspetivas regionais, “mas comum a todos é a importância atribuída às regras, à cooperação institucionalizada e à inclusão”. Existe uma certa unanimidade entre vários autores de que a Teoria das Relações Internacionais foi crucial para o seu esclarecimento focando-se na análise da cooperação internacional e da institucionalização. Com o avanço da industrialização e depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados passaram a fazer parte de uma comunidade internacional interdependente e global, surgindo a necessidade de trabalho conjunto, com tomadas de decisão e iniciativas interligadas numa rede emaranhada de instituições destinadas à prática, do que veio dominar a cooperação internacional, (Casado, 2017:1). Todo o desenvolvimento e o crescimento económico registados ao longo do tempo conduzem ao surgimento de outro conceito que é o da corrupção económica. Segundo Mauro (1995), o debate sobre os efeitos da corrupção tem vindo a aumentar nos últimos anos. Inicialmente com Left (1964) e Huntington (1968), alguns autores sugeriram que a corrupção pode ter aumentado com o crescimento económico, tendo em conta dois tipos de mecanismos. Primeiro, com práticas corruptas como “dinheiro rápido”, permitindo que os indivíduos evitem atrasos burocráticos. Em segundo lugar, o facto de os funcionários públicos poderem ser subornos, especialmente nos casos em que os subornos funcionam como uma “taxa” para o processo. Uma teoria contrária é a defendida por Shleifer e Vishny (1993), a corrupção tenderia a diminuir o crescimento económico, e Rose-Ackerman (1978), alertou para a dificuldade de limitar a corrupção a áreas economicamente desejáveis.

Embora a corrupção seja um dos maiores crimes contra a economia, bem como para a estabilidade económica e para a sociedade no seu conjunto, é um facto que continua a implicar uma grande complexidade. Klitgaard (1998:3), argumenta que, embora alguns políticos nacionais apoiem a luta contra a corrupção, hesitam em levá-la à prática. E como se trata de um crime transnacional, como é que a cooperação internacional pode ajudar a criar um ambiente propício à luta contra a corrupção no domínio nacional e global? De acordo com Safarti (2005:176), neorealistas e neoliberais acreditam que a cooperação internacional é possível. No entanto os neorealistas salientam que é difícil e se construída, se construído, difícil de manter. Enquanto que para os neoliberais, a interdependência dos Estados, apesar de difícil de alcançar é considerada como a única forma viável de lidar com conflitos

CONTINUA CONTINUE

internacionais. A corrupção transnacional é uma ofensa que pode resultar em conflitos internacionais, pondo em risco as boas relações diplomáticas, económicas e sociais entre estados.

Segundo Sato (2010:46), a cooperação internacional não significa apenas ajuda mútua entre governos e instituições pertencentes a diferentes países, embora muitas vezes ela possa existir. A cooperação internacional significa que os governos e as instituições não tomam decisões e iniciativas isoladamente, mas sim que existe um trabalho entre governos e instituições que desenvolvem normas comuns e formulam programas que levem em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, possam ser entendidos por mais do que uma sociedade e até mesmo por toda a comunidade internacional.

O multilateralismo, na grande maioria das suas manifestações e exemplos, é muito positivo para a estabilidade da ordem económica e do sistema internacional, permitindo um maior equilíbrio de poder entre os países, abrindo possibilidades para que atuem em conjunto em determinadas agendas internacionais.

Pensamos que estamos a estudar um dos maiores crimes contra a sociedade, complexo na sua erradicação, considerando como muito difícil que um Estado possa resolver unilateralmente o problema e, por si só, reduzir os custos económicos associados à corrupção. Neste seguimento, propomos analisar esta possibilidade e estudar como o multilateralismo pode ajudar a reduzir os custos económicos da corrupção.

Segundo Zambrano (2013:47) apud John Ruggie (1992:566) defende que o multilateralismo não é apenas a sua capacidade de coordenar as políticas nacionais entre três ou mais países, o que é algo que outras organizações fazem, mas que o faz com base em certos princípios de relações entre estados para Keohane (1984) as instituições internacionais aumentam os níveis de transparência entre estados e reduzem os custos de transação, confiando baseando-se em mecanismos de confiança e que conduzem à cooperação. Concluímos que a cooperação internacional pode ser um instrumento para a resolução destes conflitos, bem como para minimizar os efeitos da corrupção transnacional.

Since the beginning of its conceptualization, multilateralism has been involved in contradictions, describing it as a geographic, inclusive – almost universal – concept, notwithstanding that its application has been shaped by themes of geopolitics and geostrategic (Jáuregui, 2013:47). According to Fernandes and Simão (2012:19) apud Mercury (2010:2), one of the main challenges in the approach to multilateralism lies in the variety of its definitions and the primacy of regional perspectives, “but common to all is the importance attributed to rules, institutionalized cooperation and inclusion”. There is a certain unanimity among various actors that the Theory of International Relations was crucial to its clarification focusing on the analysis of international cooperation and institutionalization. With the advance of industrialization and after World War II, states became part of an interdependent and global international community, arising the need for joint work, with interconnected decision-making and initiatives, in a tangled network of institutions aimed at the practice, of what came to dominate, of international cooperation, (Casado, 2017:1). All the development and economic

growth recorded over time, leads to the emergence of another concept which is that of economic corruption. According to Mauro (1995) the debate on the effects of corruption have been increasing in recent years. Initially with Left (1964) and Huntington (1968), some authors suggested that corruption may have increased with economic growth, taking into account two types of mechanisms. First with corrupt practices as 'speed money', allowing individuals to avoid bureaucratic delays. Secondly, the fact that public officials can collect bribes, especially in cases where the bribes function as a fee-for-process. A contrary theory such as that advocated by Shleifer and Vishny (1993), corruption would tend to decrease economic growth, and Rose-Ackerman (1978), warned of the difficulty of limiting corruption in economically desirable areas. Although corruption is one of the greatest offences against the economy as well as for economic stability and society as a whole, it still involves great complexity. Klitgaard (1998:3), argues that, although some national politicians support the fight against corruption, they hesitate to put it into practice. And since it is a transnational crime, how could international cooperation help create an environment conducive to combating corruption in the national and global spheres? According to Safarti (2005:176), neorealists and neoliberals believe that international cooperation is possible, however, neorealists point out that it is difficult to build and, if built, difficult to maintain. Whereas for neoliberals, despite being difficult to achieve, they consider the interdependence of states as the only viable way to deal with international conflicts. Transnational corruption an offence that could result in international conflicts by jeopardizing good diplomatic, economic and social relations between states.

According to Sato (2010:46), international cooperation does not only mean mutual aid between governments and institutions belonging to different countries, although it may often exist. International cooperation means that governments and institutions do not make decisions and initiatives in isolation, but rather a work between governments and institutions developing common standards and formulating programs that take into consideration benefits and also problems that, potentially, can be understood by more than one society and even for the entire international community.

Multilateralism, in the great majority of its manifestations and examples, is very positive for the stability of the economic order and the international system, by allowing a greater balance of power between countries by opening possibilities for them to act together on certain international agendas.

We think that we are studying one of the biggest crimes against society, complex in its eradication, considering very difficult that a State unilaterally can solve the problem and by itself reduce the economic costs associated to corruption. In this follow-up we propose to analyze this possibility and to study how multilateralism may help to decrease the economic costs of corruption.

According Zambrano (2013:47) apud John Ruggie (1992:566) argues that multilateralism is not only its ability to coordinate national policies between three or more countries, which is something that other organizations do, but that it does so based on certain principles of relationships between states for Keohane (1984) international institutions increase the levels

of transparency between states and reduce transaction costs, relying on mechanisms of trust and lead to cooperation. We conclude that international cooperation can be an instrument in resolving these conflicts as well as minimizing the effects of transnational corruption.

- * Autora – Doutorada em Economia pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), mestre em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e licenciada em Economia pela UAL. É docente na Universidade Autónoma de Lisboa desde 1999, professora adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) desde 2014 e formadora desde 2003. É investigadora integrada no Centro de Investigação OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da UAL. Tem diversos artigos científicos publicados em revistas científicas internacionais, livros e capítulos de livros, apresentações e publicações em congressos, conferências e seminários. As áreas de investigação são: Economia e Comércio Internacional, Economia e Macroeconomia. É membro da AEA (American Economic Association), da ASEPELT (Asociación Internacional de Economía Aplicada) e da AEDEM (European Academy of Management and Business Economics).
- ** Autor – Doutoranda em Relações Internacionais: Geopolíticas e Geoeconómicas pela Universidade Autónoma de Lisboa, com o Projeto de Tese “A Cooperação Internacional no Combate à Corrupção: A Transnacionalização da Corrupção entre Angola e Portugal”, mestre em Direção Estratégica e Gestão da Inovação pela Universidade Autónoma de Barcelona, com o relatório de estágio “Vinos Pirineus en Nuevos Mercados: Angola” e licenciada em Economia e Gestão pela Universidade Jean Piaget de Angola – Luanda. É Professora Assistente da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Bwila (Benguela-Angola) desde 2011.
- * Author – She holds a PhD in Economics from Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), a Master’s in Monetary and Financial Economics from Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) and a Bachelor’s degree in Economics from UAL. She has been a lecturer at the Universidade Autónoma de Lisboa since 1999, an associate professor at Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) since 2014 and trainer since 2003. She is an integrated researcher in the Reserch Center OBSERVARE - Observatory of Foreign Relations of the UAL. She has several scientific articles published in international journals, books and book chapters, presentations and publications in congresses, conferences and seminars. The areas of research are: Economics and International Trade, Economics and Macroeconomics. She is a member of AEA (American Economic Association), da ASEPELT (Asociación Internacional de Economía Aplicada) and of AEDEM (European Academy of Management and Business Economics).
- ** Author – PhD candidate in International Relations: Geopolitics and Geoeconomics at Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), with a thesis project “A Cooperação Internacional no Combate à Corrupção: A Transnacionalização da Corrupção entre Angola e Portugal”, Master’s Degree in Strategic Direction and Innovation Management at Universidad Autónoma de Barcelona, with an internship report “Vinos Pirineus en Nuevos Mercados: Angola” and a Bachelor’s degree in Economics and Management at Universidade Jean Piaget de Angola – Luanda. She is an Assistant Professor at Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Bwila (Benguela-Angola) since 2011.

SISTEMA ECONÓMICO OFFSHORE, GLOBALIZAÇÃO E COVID-19 OFFSHORE ECONOMIC SYSTEM, GLOBALIZATION AND COVID-19

René Tapia – *OBSERVARE*

Palavras-chave: Offshore, globalização, multinacionais, evasão, rendimentos, pandemia

Keywords: Offshore; globalization; multinational; evasion; profits; pandemic

O estado português considera 83 “jurisdições” como “paraísos fiscais” (Portaria N.º 150/2004). “Paraísos fiscais são jurisdições com baixos tributos que oferecem aos indivíduos e às empresas oportunidades para fugir aos impostos” (Dharmapala, 2008). Um “Paraíso fiscal” é tanto o destino de capitais, em especial para a evasão fiscal e fuga de impostos, como origem de investimentos, ou seja, um núcleo das finanças mundiais e um pilar da globalização. O Banco de Compensações Internacionais (BIS) classifica os paraísos fiscais como “Centros bancários offshore”.

O conceito “offshore” (distante da costa, noutra lugar) “não alude à localização geográfica, mas ao estatuto jurídico duma atividade económica expandida numa gama de regiões especializadas” (Palan, 2003). “Uma empresa offshore é a gestão de uma conta bancária ... online ...um registo da aparência do dinheiro que estaria num ‘paraíso fiscal’, mas que em rigor não está lá” (Murphy, 2017). Metade dos ativos bancários e um terço do investimento das corporações multinacionais transitam pelas offshores. Mais de metade do comércio mundial passa por aí ... ao menos em papel. Em 2018, foram investidos 344 biliões de dólares em 2.781 acordos de empresas offshore, com investidores provenientes de 93 países (Applebyglobal, 2018).

– O Sistema Económico Offshore

O capitalismo tem uma tendência inata à mundialização. Na etapa contemporânea, o núcleo dominante na reprodução da complexa rede de relações capitalistas para a criação, circulação e distribuição de riqueza é o setor financeiro centralizado e globalizado. O coração desse “mercado global” são três metrópoles que competem entre elas pelo mercado de capitais: Nova Iorque, Londres e Tóquio.

No movimento contraditório desse núcleo, o carácter offshore, sem territorialidade, volátil e secreto, é a característica essencial do capital, que tende a criar uma “economia globalizada”, como engenharia económica de deslocação de riqueza: o sistema offshore. O “Sistema offshore” permite ao capital “fugir” a “qualquer outra parte” e os paraísos fiscais são uma das suas peças de tecnologia financeira para escapar às leis (Shaxson, 2016).

– “Globalização”

A “globalização” é a forma da Internacionalização do Capital, o aspeto financeiro da mundialização, a tendência à unificação do circuito internacional dos investimentos (Chesnais, 1998). Para fugir às normas de regulação dos estados nacionais, o Capital situa-se “noutro lugar”, criando um “Sistema Económico Offshore”. O seu crescimento começa na década dos 1970, durante o “choque petrolífero”, com 25 “Paraísos Fiscais”. Hoje em dia são mais de 60 e no primeiro decénio deste milénio, o capital movimentado por eles cresceu cinco vezes, enquanto o PIB mundial só o fez num terço. Metade dos offshore está centrada em Londres (Shaxson, 2016).

– Centros Financeiros Offshore (CFO, FMI)

São jurisdições que “oferecem serviços financeiros a não-residentes numa dimensão desproporcionada com as finanças e o tamanho de sua economia doméstica” (Zorome, 2017). A atividade financeira é o cerne dum CFO e em conjunto fornecem a estrutura dum sistema da economia “global” e de redistribuição da riqueza via evasão de impostos (Oxfam 2016). Uma investigação recente sobre os CFO (CORPNET, 2017) analisou 98 milhões de empresas sediadas em “offshores”, identificando 24 CFO que “submergem” capital (“sink”, uma quantidade desproporcionada de valor desaparece do sistema económico através deles) e 5 países “condutas” (“conduit”) que movimentam uma quantidade desproporcionada de valor para os submergíveis: Holanda, Reino Unido, Irlanda, Singapura e Suíça, cada um especializado numa área geográfica e em algum sector industrial, “canalizam a maioria do investimento offshore”. Nos últimos 40 anos, lubrificaram a fuga de capitais, encobriram os “créditos perdidos” e besuntaram o dinheiro da corrupção. Em 2013 administravam metade da riqueza global (entre 10 a 15 triliões de dólares).

A utilização comercial dos CFO concentra-se num reduzido número, sendo alguns deles países membros da OECD com elevado nível de desenvolvimento. As Empresas Multinacionais utilizam as facilidades tributárias e de regulação dos CFO para organizar estruturas de propriedade, subsidiárias e operações. As principais de entre elas são de origem norte-americana. Aproximadamente 20% dos rendimentos das corporações ilude os impostos (Crivelli, 2015). Economia lucrativa, sofisticada, secreta, operando através de ilhas paradisíacas, que oferece desregulada liberdade tributária, mas baseada nos principais centros financeiros: Nova Iorque (20%), Londres (17%), Genebra, Hong Kong, Singapura (GFCl) e centralizada num pequeno número dos maiores bancos, que alimentam uma riqueza privada incógnita, sem fronteiras e livre de impostos, gerida por anónimas empresas de seguros e investimentos.

– Evasão fiscal e Pandemia

“Devido ao abuso fiscal internacional por empresas multinacionais (US\$245 biliões pelo US\$1,38 trilião não declarado) e indivíduos ricos (US\$182 biliões), o mundo perde anualmente mais de US\$427 biliões em impostos (9,2% dos orçamentos em saúde em tempos da pandemia do Covid19), o equivalente a 33.923.688 salários anuais de enfermeiros, ou o salário de um enfermeiro perdido a cada segundo.”¹

¹ O Estado Atual da Justiça Fiscal 2020, <https://www.taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2020/> (Portugal: 1.046.072.964 euros perdidos em impostos não pagos por abuso fiscal e fuga, equivalentes a 49.651 ordenados anuais de enfermeiro/as).

The Portuguese state considers 83 “jurisdictions” as “tax havens” (Portaria N.º 150/2004). “Tax havens are low-tax jurisdictions that offer individuals and businesses opportunities to evade taxes” (Dharmapala, 2008). A “Tax Haven” the destination of capital, especially for capital evasion and tax evasion, and also as a source of investment, a core of world finance and a pillar of globalization. The Bank for International Settlements (BIS) classifies tax havens as “Offshore Banking Centres”. The concept “offshore” (away from the coast, elsewhere) “is not linked with the geographic location, but with the legal status of an economic activity expanded in a range of specialized regions” (Palan, 2003). “An offshore company is the online management of a bank account of how money would look like in a ‘tax haven’, although strictly speaking is not there” (Murphy, 2017).

Half of the banking system assets and a third of the investment of multinational corporations transit offshore. More than half of world trade passes through there ... at least on paper.

In 2018, 344 billion dollars were invested in 2,781 offshore company agreements, with investors from 93 countries (Applebyglobal, 2018).

– The Offshore Economic System

Capitalism inherent tendency towards globalization. In our contemporary time, the dominant nucleus in the reproduction of the complex network of capitalist relations for the creation, circulation and distribution of wealth is the centralized and globalized financial sector. The heart of this “global market” is in three metropolises that compete for the capital market: New York, London and Tokyo.

In the contradictory movement of this nucleus, the offshore character, without territoriality, volatile and secret, is the essential characteristic of capital, which tends to create a “globalized economy”, as an economic engineering for the displacement of wealth: the offshore system. The “Offshore system” allows capital to “escape” from “anywhere else” and tax havens are one of its pieces of financial technology to escape the law (Shaxson, 2016).

– “Globalization”

“Globalization” is the form of the Internationalization of Capital, the financial aspect of internationalization, the tendency to unify the international investment circuit (Chesnais, 1998). To escape the regulatory norms of the national states, Capital is located “elsewhere”, creating an “Offshore Economic System”. Its growth began in the 1970s, during the “oil crisis”, with 25 “Tax Havens”. Today there are more than 60 and in the first decade of this millennium, the capital moved by them grew five times, while the world GDP only did so by a third. Half of the offshore is centered in London (Shaxson, 2016).

– Offshore Financial Centers (OFC, IMF)

They are jurisdictions that “offer financial services to non-residents on a scale disproportionate to their finances and the size of their domestic economy” (Zorome, 2017). Financial activity is at the heart of a OFC and together they provide the framework for a system of the “global” economy and redistribution of wealth via tax evasion (Oxfam 2016). A recent OFC investigation (CORPNET, 2017) analyzed 98 million offshore-based companies, identifying 24 OFCs that “sink” capital (“sink”, a disproportionate amount of value disappears from the economic system through them) and 5 “conduit countries” that move a disproportionate amount of value to submersibles: Netherlands, UK, Ireland, Singapore and Switzerland, each one of them specialized in one geographic area and in a given industrial sector, “channel the majority of offshore investment”. Over the past 40 years, they have oiled capital evasion, covered up “lost credits” and smeared corruption money. In 2013 they managed half of global wealth (between 10 and 15 trillion dollars).

The commercial use of OFCs is concentrated in a small number, some of them in OECD member countries with a high level of development. Multinational Companies use CFO tax and regulatory facilities to organize ownership structures, subsidiaries and operations. The main among them are of North American origin. Approximately 20% of corporate income evaded taxes (Crivelli, 2015). Profitable, sophisticated, and secret economy, operating through paradise islands, offering unregulated tax freedom, but based in the main financial centers: New York (20%), London (17%), Geneva, Hong Kong, Singapore (GFICI) and centralized in a small



CONTINUAÇÃO: SISTEMA ECONÓMICO OFFSHORE, GLOBALIZAÇÃO E COVID-19
CONTINUATION: OFFSHORE ECONOMIC SYSTEM, GLOBALIZATION AND COVID-19
René Tapia – *OBSERVARE*

number of the largest banks, which feed an incognito, borderless, tax-free private wealth managed by anonymous insurance and investment companies.

– Tax evasion and pandemic

“Due to international tax abuse by multinational companies (US\$245 billion for the US\$1.38 trillion undeclared) and rich individuals (US\$182 billion), the world loses annually more than US\$427 billion in taxes (9.2% of health budgets at the time of the Covid19 pandemic), the equivalent of 33,923,688 nurses annual’ salaries, or salary of a nurse lost every second.”¹

¹ The State of Tax Justice 2020, <https://www.taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2020/> (Portugal: 1,046,072,964 euros lost in unpaid taxes due to tax abuse and evasion, equivalent to 49,651 nurses’ annual salaries).

Autor – Economista

Author – Economist



INTERNACIONAIS PARTIDÁRIAS HOJE: GOVERNANÇA INTERNACIONAL SEMI-INVISÍVEL POLITICAL INTERNATIONALS TODAY: SEMI-INVISIBLE INTERNATIONAL GOVERNANCE

Jorge Fonseca de Almeida – UAL

Palavras-chave: internacionais partidárias; governança; governo; globalização política; multilateralismo

Keywords: Political internationalism; governance; government; political globalization; multilateralism

A globalização, as novas tecnologias, a massificação da comunicação, a rapidez de acesso às notícias, às ideias, à informação, a crescente urbanização, a gentrificação e a homogeneização da paisagem humana citadina, as cadeias de produção fragmentadas mas integradas, e emergência e consolidação de gigantescas multinacionais com presença em múltiplos países e territórios, a interdependência económica transnacional, o domínio do inglês como língua franca, as redes de comunicação rodoviárias, ferroviárias e aéreas que ligam o planeta, o alcance mundial de muitas Organizações Não Governamentais, como a Amnistia Internacional, os Médicos sem Fronteiras, o Greenpeace entre outras, e Associações e clubes sociais como os Rotários, os Lions, os Toastmasters, etc., o enfraquecimento das idiosincrasias nacionais e a crescente uniformização cultural, criaram uma sociedade civil global que enfrenta problemas semelhantes e que está aberta a propostas políticas também similares. Existe atualmente uma larga base social para a coordenação de políticas partidárias globais.

É neste contexto que surgem e se afirmam múltiplas organizações internacionais de coordenação de política que procuram moldar e regular a governação mundial. Algumas como o Clube de Bilderberg ou o Fórum Social Mundial são fora de discussão informal sobre temas estratégicos da agenda mundial, outros como as internacionais partidárias são estruturas formais, agrupando partidos políticos, de definição de estratégias de tomada do poder, de desenho de políticas gerais e setoriais concretas, de escolha de parceiros internacionais. São organizações discretas, mas que têm muito poder político no mundo contemporâneo.

Apesar da sua importância fundamental no mundo de hoje, estas internacionais são praticamente invisíveis. E num levantamento que fizemos verificamos que estão praticamente ausentes das notícias dirigidas ao grande público.

Este artigo, seguindo uma metodologia qualitativa de carácter descritivo faz o levantamento das cinco principais internacionais partidárias, define-lhes o âmbito geográfico e identifica o seu grau de institucionalização e os principais mecanismos de coordenação que utilizam.

Concluímos que, embora com diferenças assinaláveis, todas têm um alcance pluricontinental, um elevado índice de institucionalização assente num alinhamento ideológico muito forte, numa coordenação política muito eficaz, na partilha de meios e recursos humanos e financeiros, e num conjunto de instituições instrumentais especializadas.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: INTERNACIONAIS PARTIDÁRIAS HOJE: GOVERNANÇA INTERNACIONAL SEMI-INVISÍVEL
CONTINUATION: POLITICAL INTERNATIONALS TODAY: SEMI-INVISIBLE INTERNATIONAL GOVERNANCE
Jorge Fonseca de Almeida - UAL

As cinco internacionais partidárias detêm um poder político considerável, muitas vezes invisível, assumindo-se como o tipo de organização política internacional civil com maior peso na definição e coordenação de políticas internacionais, moldando indelevelmente a governação mundial.

Os estudos académicos sobre as internacionais partidárias como instância de coordenação política mundial e como fonte de governança mundial são escassos, mas a sua importância começa a ser notada e estudada. Com este trabalho pretendemos contribuir para esse acervo de conhecimento.

Globalization, new technologies, mass communications, quick access to news, ideas, to information, the growing urbanization, the homogenization of man urban landscape, the fragmented but integrated production chains, the the emergence and consolidation of gigantic multinationals present in multiple countries. the transacional economic interdependency, the prevalence of the english language as the “lingua franca”, the network of road. Rail and air communications across the planet, the global reach of many NGOs, such as International Amnesty, Médecins sans Frontières, Greenpeace and others, as well as Associations and social Clubs like the Rotary, The Lions or the Toastmasters, etc, the weakening of national ideosyncrasies and the increasing cultural uniformity, created a global civil society that faces similar problems and that it is open to political proposals also similar. Today there is a large social basis for the coordination of global policies of the parties.

It is in this context that we observe the emergence and the affirmation of multiple international organizations of political coordination, whose aim is to formulate and regulate the global governance. Some, such as de Bildeberg Club or the World Social Forum are out of the informal discussion of strategic matters of the world agenda, others, like the political internationals, are formal structures, associating political parties, and aiming at the definition of power strategies conceived to reach power, to the identification of specific general and sectorial policies, and to the selection of international partners. Although they are discreet then have a lot of political power in the contemporary world.

Despite their fundamental importance in today’s world, these internationals are practically invisible. And in a survey we conducted we verified that they are practically absent from the news directed to the general public. This article, following a descriptive qualitative methodology, surveys the five major political internationals, defines their geographic scope and identifies their degree of institutionalization and the main mechanisms of coordination they use. We conclude that, although with notable differences, they all have a pluricontinental scope, a high level of institutionalization based on a very strong ideological alignment, very effective political coordination, sharing of means, human and financial resources, and a set of specialized instrumental institutions. The five political internationals wield considerable, often invisible, political power, as the type of civil international political organization with the most weight in the definition and coordination of international policies, indelibly shaping global governance.

Academic studies on political internationals as an instance of world politics and as a source of world governance are scarce, but their importance is beginning to be noticed and studied. With this paper we intend to contribute to this body of knowledge.



CONTINUAÇÃO: INTERNACIONAIS PARTIDÁRIAS HOJE: GOVERNANÇA INTERNACIONAL SEMI-INVISÍVEL
CONTINUATION: POLITICAL INTERNATIONALS TODAY: SEMI-INVISIBLE INTERNATIONAL GOVERNANCE
Jorge Fonseca de Almeida – UAL

Autor – Licenciatura pelo Instituto Superior de Economia; MBA (Master in Business Administration) pela Universidade Nova em conjunto com a Wharton School of the University of Pennsylvania; Mestrado em Organização Comportamento Organizacional pelo ISPA; Pós Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança pelo Instituto de Defesa Nacional em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Curso de Geopolítica, geoeconomia e Prospetiva do Instituto de Defesa Nacional; Estudos avançados em Sociologia pelo ISCTE; Doutorando em Comunicação

Author – Bachelor's from Instituto Superior de Economia; MBA from Universidade Nova with the Wharton School of the University of Pennsylvania; Master in Organization: Organized behaviour from ISPA; Post Graduated in Strategic Syudies and Security from Instituto de Defesa Nacional in collaboration with Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Course in Geopolitics, Geoeconomics and Foresight at the Instituto de Defesa Nacional; Advanced Studies in Sociology at ISCTE; PhD student in Communication.



PAINEL **PANEL 7** (em inglês in English)

MULTILATERALISMO: DILEMAS DA TEORIA E PRÁTICA

MULTILATERALISM: DILEMMAS OF THEORY AND PRACTICE

Preside Chairman **Luís Nuno Rodrigues** – *CEI-ISCTE-IUL*

Comunicações Communications

A virada da prática em RI e multilateralismo: entender o nexo entre conceito e prática

The practice-turn in IR and multilateralism: making sense of the nexus between concept and practice

Sandra Fernandes e and Licínia Simão – *CICP-Universidade do Minho e and CES-Universidade de Coimbra*

APSA e a legalidade das intervenções militares em África, uma avaliação da estratégia de pirâmide

APSA and the legality of military interventions in Africa, an assessment of the pyramid strategy

Ricardo Sousa – *OBSERVARE-UAL*

Obrigação de cumprir a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na situação de não adesão ao Conselho da Europa – caso do Kosovo

Obligation to observe the European Convention on Human Rights in the situation of non-membership in the Council of Europe – case of Kosovo

Małgorzata Andrzejczak-Swiatek – *Police Academy in Szczytno*

A Guerra de Nagorno-Karabakh e o fracasso do multilateralismo

The Nagorno Karabakh war and the failure of multilateralism

Daniel Pommier Vincelli – *Sapienza Universit  di Roma*

As relações multilaterais da Turquia na última década

Turkey’s Multilateral Relations in the Last Decade

H seyin Bađci – *Department of International Relations-Faculty of Economics and Administrative Sciences Middle East Technical University, Ankara*



A VIRADA DA PRÁTICA EM RI E MULTILATERALISMO: ENTENDER O NEXO ENTRE CONCEITO E PRÁTICA THE PRACTICE-TURN IN IR AND MULTILATERALISM: MAKING SENSE OF THE NEXUS BETWEEN CONCEPT AND PRACTICE

* **Sandra Fernandes** – *CICP-Universidade do Minho*

** **Licinia Simão** – *CES-Universidade de Coimbra*

Palavras-chave: Multilateralismo; política internacional; governação global; relações internacionais

Keywords: Multilateralism; International politics; global governance; international relations

Este trabalho de investigação aborda a estreita interligação entre as ideias e as práticas do multilateralismo, desde os seus primeiros dias até ao período contemporâneo. O nosso principal argumento é que uma análise dialógica da evolução da conceptualização e da prática do multilateralismo, durante os séculos XX e XXI, é necessária para se entender melhor como o multilateralismo evoluiu como um fenómeno institucional político. Presume-se que não é possível compreender a realidade do multilateralismo sem uma perspetiva que integre duas dimensões interligadas: a forma como os conceitos tornam a realidade inteligível e o modo como as realidades reformulam os conceitos. A fim de explorar esta interconexão, o documento baseia-se na “viragem prática” nas Relações Internacionais, uma vez que esta agenda de investigação permite (a) o diálogo inter paradigmático e (b) um foco nos processos e nos entendimentos performativos que se verificam na política internacional. Este trabalho baseia-se na observação de que as instituições internacionais podem assumir muitas formas e ter efeitos distintos na política mundial, para compreender como o multilateralismo evoluiu, tanto como um fenómeno conceptual como empírico no século XXI. O documento demonstra que, em momentos cruciais da política internacional, as práticas multilaterais foram influenciadas e influenciaram simultaneamente reflexões teóricas e entendimentos sobre o que é e deveria ser o multilateralismo. Assim, a análise trata da relação entre o multilateralismo e outros conceitos como o bilateralismo, a multipolaridade, a governação global ou os regimes internacionais, bem como os desafios impostos pelas agendas específicas de diferentes intervenientes internacionais. As principais conclusões sugerem que a adaptabilidade inerente ao conceito e à prática do multilateralismo contribuiu decisivamente para a sua permanência como princípio organizador das relações internacionais no século XXI, bem como para uma prática evolutiva das relações inter-estatais que se está a adaptar cada vez mais às novas formas de agir que moldam a política internacional.

This research paper addresses the close interconnection between the ideas and practices of multilateralism, from its early days to the contemporary period. Our main argument is that a dialogic analysis of the evolution of the conceptualization and practice of multilateralism, during the 20th and 21st centuries, is needed to better understand how multilateralism evolved as a political institutional phenomenon. It is assumed that it is not possible to understand the reality of multilateralism without a perspective that integrates two interconnected

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: A VIRADA DA PRÁTICA EM RI E MULTILATERALISMO: ENTENDER O NEXO ENTRE CONCEITO E PRÁTICA

CONTINUATION: THE PRACTICE-TURN IN IR AND MULTILATERALISM: MAKING SENSE OF THE NEXUS BETWEEN CONCEPT AND PRACTICE

Sandra Fernandes – *CICP-Universidade do Minho*

Licínia Simão – *CES-Universidade de Coimbra*

dimensions: the way in which the concepts make the reality intelligible and how realities reshape concepts. In order to explore this interconnectedness, the paper builds on the “practice-turn” in International Relations as this research agenda permits (a) inter-paradigmatic dialogue and (b) a focus on processes and performative understandings of international politics. This paper builds on the observation that international institutions can take many forms and have distinct effects on world politics, to understand how multilateralism has evolved, both as a conceptual and empirical phenomenon in the 21st century. The paper demonstrates that, at crucial moments in international politics, multilateral practices have been influenced and have simultaneously influenced theoretical reflections and understandings of what multilateralism is and ought to be. Thus, the analysis deals with the relationship between multilateralism and other concepts such as bilateralism, multipolarity, global governance or international regimes, as well as the challenges imposed by the specific agendas of different international actors. The main findings suggest that the adaptability inherent in the concept and practice of multilateralism has contributed decisively to its permanence as an organizing principle of international relations in the 21st century as well as an evolving practice of inter-state relations which is increasingly adapting to new forms of actorness shaping international politics.

APSA E A LEGALIDADE DAS INTERVENÇÕES MILITARES EM ÁFRICA, UMA AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PIRÂMIDE APSA AND THE LEGALITY OF MILITARY INTERVENTIONS IN AFRICA, AN ASSESSMENT OF THE PYRAMID STRATEGY

Ricardo Sousa – *OBSERVARE-UAL*

Palavras-chave: APSA; África; estratégia de pirâmide; intervenções militares; CSNU

Keywords: APSA; Africa; pyramid strategy; military interventions; UNSC

A legalidade das intervenções militares estrangeiras é uma característica importante do sistema de governação global. Com algumas exceções, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem a primazia sobre as decisões de intervir militarmente num país. No entanto, em África, um número significativo de intervenções militares começa sem autorização do CSNU. Intervenientes, países ou Organizações Internacionais, têm diferentes estratégias para legitimar as suas intervenções. Uma estratégia consiste em procurar a aprovação por níveis organizacionais multilaterais mais elevados, como numa pirâmide de legitimidade crescente: desde a sub-regional (por exemplo, CEDEAO), até à região (por exemplo, UA) e ao nível global (ONU). Este artigo investiga esta prática em África com um novo conjunto de dados de intervenções militares e os Atores que as autorizaram. Os resultados confirmam uma estratégia de pirâmide (legitimação de baixo para cima) quando um Estado intervém num país com grande população e um conflito de longa duração. Há também um processo de “legitimação do meio para o topo”, quando a intervenção é iniciada por uma organização sub-regional ou regional e termina com uma intervenção da ONU. Finalmente, várias intervenções estatais não autorizadas nunca percorrem a pirâmide da legitimação, ocorrendo normalmente em conflitos mais curtos ou em países mais pequenos. Estes resultados são analisados tendo em conta a Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA) e o seu princípio de subsidiariedade.

The legality of foreign military interventions is an important characteristic of the global governance system. With a few exceptions, the United Nations Security Council (UNSC) has the primacy over the decisions to intervene militarily in a country. Nevertheless, in Africa a significant number of military interventions start without UNSC authorization. Intervening actors, countries or International Organizations, have different strategies to legitimize their interventions. One strategy is to seek approval by higher multilateral organizational levels, as in a pyramid of growing legitimacy: from the sub-regional (e.g. ECOWAS), to the regional (e.g. AU) and the global level (UN). This paper investigates this practice in Africa with a new dataset of military interventions and their authorizing actors. The results confirm a pyramid strategy (bottom-up legitimation) when a state intervenes in a country with large population with protracted conflicts. There is also a process of “middle up legitimation”, when the intervention is initiated by a sub-regional or regional organization and ends with an intervention by the UN. Finally, several non-authorized state interventions never climb the pyramid of legitimation, normally occurring in shorter conflicts or in smaller countries. These results are analyzed having in mind the African Peace and Security Architecture (APSA) and its principle of subsidiarity.

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: APSA E A LEGALIDADE DAS INTERVENÇÕES MILITARES EM ÁFRICA, UMA AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PIRÂMIDE
CONTINUATION: APSA AND THE LEGALITY OF MILITARY INTERVENTIONS IN AFRICA, AN ASSESSMENT OF THE PYRAMID STRATEGY
Ricardo Sousa – *OBSERVARE-UAL*

Autor – Professor Auxiliar e coordenador do programa de mestrados do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e investigador integrado do OBSERVARE. Anteriormente foi diretor adjunto do OBSERVARE e da Revista JANUS.NET, e-journal of International Relations. Doutorado pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais da Universidade Erasmus de Roterdão, Países Baixos, com uma tese nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política.

A sua investigação situa-se na área dos Estudos da Paz e da Guerra desenvolvida com uma abordagem multidisciplinar utilizando métodos mistos de pesquisa. Os seus temas de interesse são guerras civis e outras formas de violência política, a “maldição dos recursos”, intervenções externas e organizações internacionais com um mandato de segurança. Tem publicações sobre a região Africana, o Corno de África, Angola, Somália, as Nações Unidas e a União Africana.

Author – Associate Professor and coordinator of the Masters programme at the Department of International Relations at the Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) and integrated researcher at OBSERVARE. Previously he was deputy-director of the OBSERVARE and of the journal JANUS.NET, e-journal of International Relations.

He has a PhD from the International Institute of Social Studies (ISS) Erasmus University of Rotterdam (EUR) in the Netherlands.

The research work is situated in the area of Peace and Conflict studies using a mixed method approach.

Areas of interest are civil war and other forms of political violence, the resource curse, external interventions and international institutions for peace and security. He has published on the African region, Angola, Somalia, the United Nations and the African Union.

**OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A CONVENÇÃO EUROPEIA
DOS DIREITOS HUMANOS NA SITUAÇÃO DE NÃO ADESÃO
AO CONSELHO DA EUROPA – CASO DO KOSOVO**
**OBLIGATION TO OBSERVE THE EUROPEAN CONVENTION
ON HUMAN RIGHTS IN THE SITUATION OF NON-MEMBERSHIP
IN THE COUNCIL OF EUROPE – CASE OF KOSOVO**

Małgorzata Andrzejczak-Swiatek – *Police Academy in Szczytno*

Palavras-chave: Direitos Humanos; Conselho da Europa; Kosovo; organizações intergovernamentais; lei constitucional

Keywords: Human rights; Council of Europe; Kosovo; intergovernmental organizations; constitutional law

O objetivo do artigo é apresentar e analisar uma situação jurídica e factual sem precedentes no direito internacional, quando um Estado que não tem pleno reconhecimento no cenário internacional e não pode ser incluído nas estruturas de uma organização internacional, compromete-se a adotar, pela via constitucional, o sistema jurídico desta organização. O Kosovo não é membro do Conselho da Europa, mas está vinculado à Convenção Europeia sobre Direitos Humanos no âmbito da Constituição. Tal solução jurídica levanta uma série de questões e dúvidas que devem ser analisadas. Isso inclui as implicações para a efetiva aplicação do processo de conformidade da Convenção na ausência de uma ratificação formal do tratado de falha no reconhecimento da jurisdição do Tribunal Europeu de Direitos Humanos em Estrasburgo. Têm também a importância de poder vir a incluir o Kosovo nas estruturas do Conselho da Europa e uma visão ampla da possibilidade deste país se juntar a outras organizações internacionais, ou de cooperação com estruturas internacionais, a fim de garantir o desenvolvimento do processo de democratização e a construção de um sistema legal para a proteção dos direitos humanos.

Ao discutir a questão da obrigação de implementar a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos pelo Kosovo, vale a pena apresentar as circunstâncias do desenvolvimento do constitucionalismo no Kosovo. O processo de promulgação da Constituição da República do Kosovo de 9 de abril de 2008 foi integrado ao processo de negociação que visava acabar com o conflito armado que durou de 1996 a 1999. Deixo a avaliação do curso do conflito armado e suas consequências políticas para historiadores e cientistas políticos, enquanto a avaliação legal conserva o status legal do Kosovo independente à luz das normas do direito internacional e da base jurídica, bem como a extensão da responsabilidade desta entidade por obrigações resultantes das estipulações da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos – como observado no início, o Kosovo não é um membro do Conselho da Europa nos termos formais e legais da Convenção. Portanto, estamos a lidar com um precedente real e legal que implica não só efeitos legais, mas também sociais e geopolíticos.

No campo da proteção dos direitos humanos, o processo de negociação deveria basear-se nos seguintes princípios desde o início:

- Proteção judicial dos direitos humanos consagrados em convenções internacionais e dos direitos dos membros da comunidade internacional;
- O Provedor eleito sob auspícios internacionais;
- O papel da OSCE e de outras organizações internacionais relevantes.

CONTINUAÇÃO: OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS NA SITUAÇÃO DE NÃO ADESÃO AO CONSELHO DA EUROPA – CASO DO KOSOVO

CONTINUATION: OBLIGATION TO OBSERVE THE EUROPEAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS IN THE SITUATION OF NON-MEMBERSHIP IN THE COUNCIL OF EUROPE – CASE OF KOSOVO

Małgorzata Andrzejczak-Swiatek – *Police Academy in Szczytno*

Os princípios acima deveriam ser implementados por meio do mecanismo de resolução de conflitos, os autores da criação de uma comissão mista para fiscalizar a implementação, e pela participação da OSCE e de outros organismos internacionais, conforme necessário.

Tendo em conta os fatores internacionais que desempenharam um papel de liderança no desenvolvimento do direito constitucional na Europa após a queda do comunismo, o caso do Kosovo é único em comparação com outros países europeus. A doutrina espelha uma posição muito frontal, que, aliás, é completamente correta e verdadeira, de que as influências internacionais a este respeito não eram apenas formais e significativas, e que os atores externos foram os autores reais do presente texto da Constituição do Kosovo.

The aim of the article is to present and analyze an unprecedented legal and factual situation in international law, when a state that does not have full recognition in the international arena and cannot be included in the structures of an international organization, undertakes to adopt, by constitutional regulations, the legal system of this organization. Kosovo is not a member of the Council of Europe, but is bound by the European Convention on Human Rights under the Constitution. Such a legal solution raises a number of questions and doubts that should be analyzed. This includes the implications for the effective enforcement of the Convention compliance process in the absence of a formal treaty ratification and failure to recognize the jurisdiction of the European Court of Human Rights in Strasbourg. Not without significance is the prospect of including Kosovo in the structures of the Council of Europe and a broad view of the possibility of this country joining other international organizations, or of cooperation with international structures in order to ensure the development of the democratization process and building a legal system for the protection of human rights. When discussing the issue of the obligation to implement the European Convention on Human Rights by Kosovo, it is worth presenting the circumstances of the development of constitutionalism in Kosovo. The process of enacting the Constitution of the Republic of Kosovo of April 9, 2008 was integrated into the negotiation process aimed at ending the armed conflict which lasted from 1996 to 1999. I leave the assessment of the course of the armed conflict and its political consequences to historians and political scientists, while the legal assessment remains the legal status of independent Kosovo in the light of the standards of international law and the legal basis, as well as the scope of this entity's liability for obligations resulting from the stipulations of the European Convention on Human Rights – noting at the beginning that Kosovo is not a member of the Council of Europe in formal and legal notions of the Convention. So we are dealing with an actual and legal precedent that implies not only legal, but also social and geopolitical effects. In the field of human rights protection, the negotiation process was to be based on the following principles from the outset:

- judicial protection of human rights enshrined in international conventions and the rights of members of the international community;
- the Ombudsman elected under international auspices;
- the role of the OSCE and other relevant international organizations.



CONTINUAÇÃO: OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS NA SITUAÇÃO DE NÃO ADESÃO AO CONSELHO DA EUROPA – CASO DO KOSOVO
CONTINUATION: OBLIGATION TO OBSERVE THE EUROPEAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS IN THE SITUATION OF NON-MEMBERSHIP IN THE COUNCIL OF EUROPE – CASE OF KOSOVO

Małgorzata Andrzejczak-Swiatek – *Police Academy in Szczytno*

The above principles were to be implemented through the dispute settlement mechanism, the establishment of a joint committee to oversee the implementation, the participation of the OSCE and other international bodies as needed.

The case of Kosovo, taking into account the international factors that played a leading role in the development of constitutional law in Europe after the fall of communism, is unique compared to other European countries. The doctrine presents a blunt position, which, incidentally, is completely correct and true, that international influences in this respect were not only formal and significant, but even international entities were the actual authors of the present text of the Kosovo Constitution.

Autor – Professora auxiliar no Institute of Law at the Police Academy in Szczytno. É especialista em direito internacional e direitos humanos. Os seus interesses de investigação giram em torno das questões da proteção dos direitos das crianças, bem como da luta contra a discriminação e os crimes de ódio. Como consultora independente para a proteção dos direitos humanos e as atividades dos agentes da autoridade, coopera com o Conselho da Europa, a OSCE e a UE. É correspondente de investigação da CEPOL e membro do Grupo de Peritos da CEPOL para a proteção dos direitos humanos. É autora de cerca de 30 publicações científicas, incluindo uma monografia sobre a proteção dos direitos das crianças em situações extraordinárias, emitidas e recomendadas pelo Gabinete do Provedor de Justiça para as Crianças, e artigos sobre o direito internacional e a proteção dos direitos humanos. Premiado pelo Provedor de Justiça para as Crianças, pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros pela atividade científica dedicada à promoção dos direitos das crianças e do direito humanitário dos conflitos armados.

Author – Assistant professor in the Institute of Law at the Police Academy in Szczytno. She specializes in international law and human rights. Her research interests revolve around the issues of protecting children's rights, as well as counteracting discrimination and hate crimes. As an independent consultant for the protection of human rights and the activities of law enforcement officials, She cooperates with the Council of Europe, the OSCE and the EU. She is a CEPOL research correspondent and a member of the CEPOL Expert Group for the protection of human rights. She is the author of about 30 scientific publications, including a monograph on the protection of children's rights in extraordinary situations, issued and recommended by the Office of the Ombudsman for Children, and articles on international law and the protection of human rights. Awarded by the Ombudsman for Children, the International Red Cross and the Ministry of Foreign Affairs for scientific activity devoted to promoting children's rights and humanitarian law of armed conflicts.



A GUERRA DE NAGORNO-KARABAKH E O FRACASSO DO MULTILATERALISMO THE NAGORNO KARABAKH WAR AND THE FAILURE OF MULTILATERALISM

Daniel Pommier Vincelli – *Sapienza Università di Roma*

Palavras-chave: Direitos Humanos; Conselho da Europa; Kosovo; organizações intergovernamentais; lei constitucional

Keywords: Human rights; Council of Europe; Kosovo; intergovernmental organizations; constitutional law

A recente guerra entre a Arménia e o Azerbaijão sobre o território de Nagorno Karabakh, uma região internacionalmente reconhecida como parte do Azerbaijão, mas habitada por arménios separatistas que de facto estabeleceram um Estado independente em 1994, provou o fracasso do multilateralismo na resolução de conflitos armados de base étnicas. O quadro multilateral criado para resolver o conflito em 1992, o chamado grupo de Minsk, formado por dezenas de países e presidido pela Rússia, França e EUA, revelou-se ineficaz na identificação de uma solução política e no reinício da guerra entre os dois países rivais pós-soviéticos. A guerra durou 44 dias e terminou com uma vitória inquestionável do Azerbaijão, que libertou as sete regiões circundantes ocupadas pela Arménia e a maioria do Nagorno-Karabakh. Um acordo provisório após a derrota arménia foi alcançado em novembro de 2020 através da mediação russa e uma força de manutenção da paz russa foi destacada para separar as forças terrestres e garantir o respeito do acordo. O acordo trilateral inclui aspetos técnicos e políticos como o regresso das pessoas deslocadas do Azerbaijão ou a conexão entre a Arménia e Nakchivan, o enclave que faz fronteira com a Arménia e a Turquia. A guerra de 44 dias recordou o antigo modelo de conflitos inter-estatais, confrontando-se por razões territoriais em vez de guerras assimétricas com grupos de “insurgentes” ou “terroristas”, resultando em nações divergentes como o Iraque e a Síria. Porque é que o quadro multilateral falhou em assegurar um acordo de paz duradouro, apesar das grandes potências estarem envolvidas? Quais foram os insucessos políticos para conciliar duas lógicas opostas baseadas na integridade territorial contra o direito à autodeterminação e ao estado independente? Haverá consequências para outros conflitos locais na ex-União Soviética como os da Geórgia, da Transnístria e da Ucrânia? O acordo de novembro de 2020 é provisório e terá a duração de cinco anos, deixando por resolver a questão mais sensível de todas: o estatuto final da região e um tratado de paz entre a Arménia e o Azerbaijão. O documento tentará abordar estas questões e identificar as características de uma possível solução multilateral para um conflito, ainda por resolver e suscetível de ser retomado no futuro próximo.

The recent war between Armenia and Azerbaijan over the contended territory of Nagorno Karabakh, a region internationally recognized as part of Azerbaijan but inhabited by separatist Armenians who established a de facto independent State in 1994, proved the failure of multilateralism in settling armed conflicts through ethnic fault lines. The multilateral framework set up to settle the conflict in 1992, the so called Minsk group formed by dozen countries and presided by Russia, France and the USA, proved being ineffective in identifying

CONTINUA CONTINUE



CONTINUAÇÃO: A GUERRA DE NAGORNO-KARABAKH E O FRACASSO DO MULTILATERALISMO
CONTINUATION: THE NAGORNO KARABAKH WAR AND THE FAILURE OF MULTILATERALISM

Daniel Pommier Vincelli – *Sapienza Università di Roma*

a political solution and halting the resuming of the war between the two rival post-Soviet countries. The war lasted for 44 days and ended with an adamant victory of Azerbaijan, which freed the seven surrounding regions occupied by Armenia and most of the Nagorno Karabakh itself. A provisional agreement after the Armenian defeat was reached on November 2020 through Russian mediation and a Russian peacekeeping force was deployed to separate ground forces and ensure the respect of the agreement. The trilateral agreement includes technical and political terms as the return of the Azerbaijani displaced persons or the connectivity between Armenia and Nakchivan, the Azerbaijani enclave bordering Armenia and Turkey. The 44-days war reminded of old fashion conflict between State actors, clashing over a territorial sovereignty instead of asymmetric wars with groups of “insurgents” or “terrorists” and resulting in breakaway nations like Iraq and Syria. Why did the multilateral framework failed in insuring a lasting peace agreement even though major powers were involved? Which were the political failures to conciliate two opposing rationales based in territorial integrity versus the right to self-determination and independent statehood? Are there consequences for other local conflicts in Former Soviet Union as the ones in Georgia, Transnistria and Ukraine? The November 2020 agreement is provisional and will last five years, leaving unsolved the most sensitive issue of all: the final status of the region and a peace treaty between Armenia and Azerbaijan. The paper will attempt to address these questions and to identify the features of a possible multilateral solution to a conflict, still unsolved and likely to resume in the next future.



AS RELAÇÕES MULTILATERAIS DA TURQUIA NA ÚLTIMA DÉCADA TURKEY'S MULTILATERAL RELATIONS IN THE LAST DECADE

Hüseyin Bağcı – *Middle East Technical University, Ankara*

Palavras-chave: Turquia; multilateralismo; organizações internacionais

Keywords: Turkey; multilateralism; international organizations

A política multilateral da Turquia nas organizações internacionais tem sido fortemente criticada na última década devido às “políticas polarizadoras” da Turquia na NATO, no Conselho da Europa, na UE, etc. A diplomacia da Turquia é, na verdade, muito resiliente e a razão pela qual a Turquia escolhe subitamente uma política de confrontação em relação às organizações multilaterais é a principal questão do documento. A mudança da Turquia para o sistema presidencial é considerada como uma das razões para tal. O documento procurará identificar, na ordem interna e na ordem externa, as razões da Turquia. Mas o multilateralismo continua a ser essencial para a diplomacia turca.

Turkey's multilateral policy in international organizations is strongly criticized in the last decade because of Turkey's “polarizing policies” in NATO, Council of Europe, EU etc. Turkey's diplomacy is actually very resilient one and why Turkey suddenly chooses a confrontational policy towards multilateral organizations is the main question of the paper. Turkey's change to the presidential system was one the reasons as some mainstream view claim. The paper will search the internal and external reasons for Turkey. But multilateralism is still essential for Turkish diplomacy.